

MESTRADO
ESTUDOS AFRICANOS

Parques Nacionais de Kilimanjaro (Tanzânia) e de Sanqingshan (China): um estudo comparativo do Património Mundial Natural

Liu Guiling

M

2025



Liu Guiling

Parques Nacionais de Kilimanjaro (Tanzânia) e de Sanqingshan (China): um estudo comparativo do Património Mundial Natural

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, orientada pela Professora Doutora Alice Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

Sumário

Declaração de honra	5
Agradecimentos	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Índice de Figuras	9
Índice de Tabelas.....	10
Índice de Gráficos.....	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução.....	14
1. Capítulo I: A Noção de Património	21
1.1. Génese e Evolução da Noção Moderna de Património	21
1.2. A UNESCO e a Proteção do Património Mundial	25
1.3. Património Mundial: candidaturas e critérios de classificação.....	26
1.4. Enquadramento dos 5Cs na <i>Convenção</i> de 1972.....	29
2. Capítulo II : Património Mundial Natural.....	34
2.1. Património Natural à escala global	34
2.2. Bens Naturais da Tanzânia	37
2.3. Bens Naturais da China	40
3. Capítulo III: Os Parques de Kilimanjaro e Sanqingshan observados sob os 5Cs.....	43
3.1. Os Processo de Candidatura dos Dois Parques Nacionais	43
3.2. Dois Parques em Comparação através do enquadramento dos 5C.....	48
4. Capítulo IV: Quadro Administrativo dos Parques Nacionais.....	50
4.1. Âmbito Administrativo do Parque Kilimanjaro	50
4.1.1. Quadro Legislativo: <i>Policies</i>	50
4.1.2. TANAPA e o Plano Geral de Gestão	54
4.1.3. Operadores no Parque Kilimanjaro.....	57
4.2. Âmbito Administrativo do Parque de Sanqingshan	59
4.2.1. Quadro Legislativo: <i>Regulamento</i>	60
4.2.2. O Conselho Administrativo do Parque Sanqingshan	64
4.2.3. Empresas estatais no Parque de Sanqingshan.....	65

4.3. Síntese Quanto à Administração dos Dois Parques	67
5. Capítulo V : A Sustentabilidade e a Comunicação nos Dois Parques Nacionais.....	68
5.1. Ameaças Avaliadas à Sustentabilidade	69
5.2. Comunidades Envolvidas.....	73
5.2.1. As Comunidades de Lysomboro, Masia, Mshiri e Mbahe.....	74
5.2.2. As Comunidades de Sanqingshan	77
5.3. Recursos Financeiros e Humanos.....	79
5.4. Revisão do Pilar da Sustentabilidade nos Dois Parques.....	82
5.5. Estratégias de Comunicação	83
5.5.1. Estratégias de Comunicação no Parque Kilimanjaro	84
5.5.2. Estratégias de Comunicação no Parque Sanqingshan	87
5.5.3. Síntese das Estratégias Comunicativas Adotadas	90
Considerações Finais	92
Referências Bibliográficas	96

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores respeitam escrupulosamente as regras da atribuição e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Porto, 31/05/2025

Liu Guiling

Agradecimentos

Antes de mais, quero agradecer do fundo do coração à minha orientadora, Professora Doutora *Alice Duarte*, pelas suas aulas esclarecedoras, profundas e iluminadoras. Embora bastante ocupada, continuou a ler e rever, de forma cuidada, os meus projetos e a dissertação, com comentários detalhados desde setembro passado. Sem a sua constante orientação e incentivo, esta dissertação não teria sido concluída.

Expresso também os meus agradecimentos aos diretores do curso de mestrado em Estudos Africanos e do Centro de Estudos Africanos da FLUP, Professores Doutores *Hugo Ribeiro da Silva* e *Maciel Santos*, que me deram palestras vivas nos semestres letivos passados e também um apoio sincero. Agradeço também ao investigador do mesmo Centro, *Thomas Patrick*, que me ensinou dicas sobre escrita académica e na busca de bibliografia útil.

Além disso, esta dissertação está em dívida para com os meus amigos próximos, *Wang Wenjun* e *Jin Wei*, e para com a minha família, que me deram um apoio substancial e psicológico. Incentivaram-me a aprofundar conhecimentos em Estudos Africanos e em investigação patrimonial.

Resumo

Esta dissertação começa por abordar a formação histórica da noção moderna de Património e a marca *Património Mundial*, em termos gerais e em relação a dois Estados-Parte da Convenção de 1972 ricos em Património Mundial Natural, a Tanzânia e a China. Depois prossegue com uma específica análise comparativa entre dois Parques Naturais: o Parque Nacional de Kilimanjaro, na Tanzânia, e do Parque Nacional de Sanqingshan, na China, ambos classificados como Património Mundial Natural da UNESCO. Atende aos respetivos processos de candidatura à *Lista de Património Mundial*, analisando o enquadramento administrativo, as práticas de sustentabilidade e as estratégias de comunicação adotadas tendo em mente os 5Cs da UNESCO: Credibilidade, Conservação, Capacitação, Comunicação e Comunidades. Através da análise documental, a presente dissertação procede a uma análise comparativa detalhada dos dois casos de estudos quanto aos padrões administrativos, modelos de financiamento e gestão, estratégias de comunicação e articulação com respetivas comunidades, maiores vulnerabilidades e desafios futuros. Os resultados da análise indicam que uma colaboração ampla entre os dois Parques poderia ser benéfica para ambos ao lados. Possíveis mecanismos bilaterais, como plataformas de mobilidade de conhecimento, modelos conjugados de financiamento e adoção de candidaturas temáticas poderão trazer benefícios mútuos. Os dois estudos de caso podem aprender com os desafios partilhados e propôr caminhos mais viáveis para a Tanzânia, a China e a UNESCO. Fica claro que o património natural funciona melhor como uma das peças do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Património Cultural, Património Mundial Natural, UNESCO e 5Cs, Parque Nacional de Kilimanjaro, Parque Nacional de Sanqingshan

Abstract

This dissertation begins with the historical formation of the modern notion of Heritage and the *World Heritage* brand, in general terms and in relation to two States Parties to the 1972 Convention rich in Natural World Heritage as well, Tanzania and China. It then continues with a specific comparative analysis between two Natural Parks: Kilimanjaro National Park, in Tanzania, and Sanqingshan National Park, in China, both classified as Natural World Heritage by UNESCO. It reviews the respective nomination processes for the *World Heritage List*, analyzing the administrative framework, sustainability practices and communication strategies adopted with UNESCO's 5Cs in mind: Credibility, Conservation, Capacity Building, Communication and Communities. Through documentary analysis, this dissertation proceeds to a detailed comparative analysis of the two case studies regarding administrative standards, financing and management models, communication strategies and articulation with their respective communities, major vulnerabilities and future challenges. The results of the analysis indicate a possible broad collaboration between the two Parks. Future bilateral mechanisms such as knowledge mobility platforms, co-funding models and the adoption of thematic nominations, could bring mutual benefits. The two case studies can learn from shared challenges and propose more viable paths forward for Tanzania, China and UNESCO. It is clear that natural heritage works best as one of the building blocks of sustainable development.

Key-words: Cultural Heritage, World Natural Heritage, Kilimanjaro National Park, Sanqingshan National Park, UNESCO and 5Cs

Índice de Figuras

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS NATURAIS E MISTOS NO MUNDO (2025).....	35
FIGURA 2 - MAPA DOS BENS NATURAIS DA CHINA (2025)	41
FIGURA 3 - IMAGENS DE TAXUS CHINENSIS E O TRAGOPÃ-DE-CABOT	46
FIGURA 4 - MAPA DAS PRINCIPAIS ROTAS ATÉ O CUME DO MONTE KILIMANJARO	58
FIGURA 5 - MAPA DA TANZÂNIA INDICANDO AS QUATRO ALDEIAS DO ESTUDO NO PARQUE KILIMANJARO	76

Índice de Tabelas

TABELA 1 - <i>LISTA INDICATIVA</i> DOS BENS NATURAL PROPOSTOS PELA TANZÂNIA	39
TABELA 2 - LISTA DOS PATRIMÓNIOS NATURAIS E MISTOS NA CHINA (2025).....	40
TABELA 3 - ATIVIDADES PROIBIDAS E NÃO AUTORIZADAS NA ÁREA CÉNICA DE SANQINGSHAN (2016).....	62
TABELA 4 – VISUALIZAÇÕES DOS DOIS PARQUES NAS PLATAFORMAS DIGITAIS	89

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 -PERCENTAGEM DOS BENS PATRIMONIAIS NATURAIS E MISTOS EM PERIGO (2025)	36
GRÁFICO 2 - GRAVIDADE DAS AMEAÇAS AO PARQUE NACIONAL DO KILIMANJARO (2014-2020)	70
GRÁFICO 3 - GRAVIDADE DAS AMEAÇAS AO PARQUE NACIONAL DO SANQINGSHAN (2014-2020).....	72
GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DE TURISTAS DOS MERCADOS PRINCIPAL E CHINÊS (2017-2023)	86
GRÁFICO 5 - MERCADOS DIGITAIS OCUPADOS PELOS DOIS PARQUES.....	90

Lista de abreviaturas e siglas

5CS.....	CREDIBILIDADE, CONSERVAÇÃO, CAPACITAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COMUNIDADES
COMITÉ/WHC.....	WORLD HERITAGE COMMITTEE / COMITÉ DO PATRIMÓNIO MUNDIAL
CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ÁREA CÉNICA DE SANQINGSHAN
CONVENÇÃO DE HAIA.....	CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE BENS CULTURAIS EM CASO DE CONFLITO ARMADO
CONVENÇÃO.....	CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL
CPM	CENTRO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL
ICCROM	CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS
ICOMOS	CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS
LISTA	LISTA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL
LISTA EM PERIGO	LISTA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL EM PERIGO
MRE	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA
ODS.....	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PGG.....	PLANO GERAL DE GESTÃO
SOC	STATE OF CONSERVATION / RELATÓRIO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO
TANAPA	TANZANIA NATIONAL PARKS AUTHORITY
UICN	UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

VUE..... VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL

WCMC WORLD CONSERVATION MONITORING
CENTRE

Introdução

O estudo comparativo do Parque Nacional de Kilimanjaro, na Tanzânia, e do Parque Nacional de Sanqingshan, na China, é motivado por fatores académicos, geopolíticos e práticos.

Academicamente, como estudante chinesa de mestrado em Estudos Africanos, lecionado em Portugal, a autora está profundamente interessada em colmatar lacunas académicas e práticas acerca das relações entre países africanos e a China, em particular, em domínios pouco estudados como a conservação do Património Mundial Natural. Embora a atenção global se tenha voltado há muito tempo para o património cultural, continua evidente a óbvia disparidade entre o número de bens culturais (952) e o número de bens naturais (231) inscritos na *Lista do Património* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (CPM, 2025). Esta dissertação procura demonstrar a necessidade crítica de uma exploração mais profunda do património natural, um campo propício à investigação interdisciplinar.

Do ponto de vista geopolítico, a Tanzânia e a China partilham uma história sólida de colaboração política e económica, pelo menos, desde 1961 (MRE¹ da China, 2025). Contudo, a cooperação cultural e ambiental, especialmente na gestão do património, continua pouco desenvolvida. Este estudo pretende contribuir para esse diálogo, centrando-se em duas paisagens naturais emblemáticas: os Parques Nacionais do Kilimanjaro e de Sanqingshan. A Tanzânia, lar de mais de 20 parques nacionais, ostenta uma biodiversidade inigualável, mas o Kilimanjaro, um dos primeiros Patrimónios Mundiais de África, foi ofuscado internamente pelo Parque Nacional do Serengeti e pela Área de Conservação de Ngorongoro, o que se reflete nos seus resultados desiguais de gestão e sustentabilidade. Por outro lado, o Parque Nacional de Sanqingshan, na China, embora menos proeminente a nível internacional, exemplifica uma conservação eficaz através de um investimento público substancial, enfrentando os seus próprios desafios para equilibrar a preservação ecológica e as pressões de desenvolvimento. Ao justapor

¹ Ministério das Relações Exteriores da China

estes dois locais, a investigação ilumina abordagens divergentes de governação, envolvimento comunitário e formas de turismo sustentável, oferecendo, assim, uma possível plataforma para aprendizagem mútua. Com os mesmos imperativos de conservação, verificam-se também paralelismos entre os recursos naturais das duas nações: ambas possuem ecossistemas globalmente significativos, embora naveguem em contextos sociopolíticos distintos. As dificuldades de Kilimanjaro com a alocação de recursos e a procura por parte de Sanqingshan de um reconhecimento mais alargado realçam as tensões universais existentes na administração do património. Este estudo, não apenas identifica as melhores práticas transferíveis, como também defende a colaboração institucional, enfatizando que os desafios partilhados, como a resiliência climática e a meta de um turismo equitativo, exigem soluções transnacionais. Em última análise, os resultados da investigação destinam-se a fornecer informação útil aos quadros político-administrativos de outros parques, na Tanzânia, na China e noutros locais, promovendo um modelo de conservação cooperativa que se alinha com a visão da UNESCO sobre o património como um catalisador para a solidariedade global e o desenvolvimento sustentável.

Quanto a objetivos específicos, esta dissertação procura realizar uma análise comparativa abrangente do Parque Nacional de Kilimanjaro, na Tanzânia, e do Parque Nacional de Sanqingshan, na China, ambos classificados como Patrimónios Naturais da Humanidade pela UNESCO. Procede com a respetiva avaliação, focando as estruturas administrativas, as práticas de sustentabilidade e as estratégias de comunicação adotadas. Ao dissecar estes três pilares, o estudo visa esclarecer as distintas filosofias operacionais, bem como os sucessos e as deficiências inerentes ao sistema de gestão de cada Parque. Por exemplo, o modelo descentralizado de governação de Kilimanjaro, que é marcado pela dependência das receitas do turismo internacional, mas, ao mesmo tempo, é desafiado pela alocação inconsistente de recursos e pelo objetivo do envolvimento com as comunidades, será melhor compreendido pela comparação com a abordagem do modelo centralizado e dirigido do caso de Sanqingshan, o qual alavanca um financiamento público robusto para infraestruturas e tecnologias de monitorização, mas luta para conseguir equilibrar a preservação ecológica com a rápida expansão do

turismo interno. No âmbito da sustentabilidade, o estudo procura avaliar como o Parque do Kilimanjaro aborda a conservação da biodiversidade no contexto da pressão das alterações climáticas e das atividades de *trekking* não-regulamentadas, por contraste com a integração do Parque de Sanqingshan num zonamento ecológico rigoroso e a integração de inovações tecnológicas para mitigar o impacto humano. Portanto, ambos os Parques enfrentam tensões entre preservação e desenvolvimento, mas as suas estratégias são divergentes. A Tanzânia coloca a ênfase nas parcerias globais *versus* a China que recorre a uma aplicação regulamentar de cima para baixo: ambos os casos oferecem lições cruciais para reconciliar prioridades conflitantes. As estratégias de comunicação e divulgação também são consideradas. Embora o Kilimanjaro beneficie do seu icónico estatuto global como o pico mais alto de África, a sua excelente fama tem, com frequência, ocultado narrativas de comunicação bastante fracas. A montanha de Sanqingshan, embora menos reconhecida internacionalmente, aproveita bem a sua marca nacional e as plataformas digitais para promover o ecoturismo, embora ainda com limitada visibilidade global. Ao analisar estas disparidades, a investigação identifica formas de melhorar o envolvimento das partes interessadas, de promover o diálogo intercultural e de desenvolver narrativas inclusivas.

O objetivo geral a que o presente estudo aspira é identificar os desafios universais que os bens naturais enfrentam para serem conservados em si próprios, em áreas como as da resiliência climática, distribuição equitativa de recursos e dimensões éticas do turismo. Ao sintetizar quais as melhores práticas, como o potencial de Kilimanjaro para alavancar redes de conservação transnacionais ou o sucesso de Sanqingshan na implementação de soluções tecnológicas apoiadas pelo Estado, as descobertas visam conseguir propor alguns aspetos possíveis para a cooperação bilateral entre a Tanzânia e a China. Através deste duplo foco na análise comparativa e na colaboração prática, a investigação procura promover a missão da UNESCO de proteção da biodiversidade sob os 5Cs (Credibilidade, Conservação, Capacitação, Comunicação e Comunidades), contribuindo, assim, tanto para a discussão académica como para os esforços práticos de conservação num âmbito mais alargado.

Esta dissertação utiliza como única técnica metodológica a análise documental, tanto para rastrear sistematicamente o processo histórico da noção e marca de Património Mundial, quanto para comparar o Parque Nacional de Kilimanjaro, na Tanzânia, e o Parque Nacional de Sanqingshan, na China, focando as respectivas áreas de administração, práticas de sustentabilidade e estratégias de comunicação. Os dados foram obtidos a partir de fontes primária e secundária, garantindo uma análise robusta e multidimensional. Para garantir uma eficaz análise documental, o presente trabalho cruza referências oficiais com posicionamentos críticos académicos, inquéritos a visitantes dos Parques e avaliações de Organizações Não-Governamentais, procurando mitigar potenciais enviesamentos em materiais publicados pelos dois Estados. A comparação dos casos de estudo destaca a existência de abordagens divergentes, como a dependência de Kilimanjaro da receita do turismo internacional *versus* o financiamento da infraestrutura do Parque pelo Estado em Sanqingshan, ao mesmo tempo que identifica desafios partilhados, tais como pressões de adaptação climática e sobrelotação de visitantes.

Os documentos oficiais constituem a principal fonte da investigação, incluindo primeiro, segundo e terceiro ciclos de *Relatórios Periódicos* publicados pela UNESCO e as *Orientações Operacionais para a Implementação da Convenção do Património Mundial*, que fornecem critérios normalizados para avaliar a conformidade na gestão do património. Os relatórios e avaliações de conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) complementam estes conhecimentos, em particular sobre as ameaças ecológicas e a preservação da biodiversidade. Para o Kilimanjaro, são analisadas publicações do governo da Tanzânia, tais como estatutos legais, manuais de investimento em turismo e relatórios operacionais da Tanzania National Parks Authority (TANAPA), juntamente com dados socioeconómicos do National Bureau of Statistics Tanzania. No caso de Sanqingshan, as fontes de dados incluem documentos acerca das políticas do governo local, relatórios pilares da *China Association of National Parks and Scenic Sites*, atualizações administrativas do *site* oficial do Parque e meios de

comunicação social apoiados pelo governo, como *People's Daily*² e *Jiangxi Daily*³, que acompanham a implementação de políticas e as tendências de envolvimento do público.

Recorre-se igualmente a documentos produzidos pela academia, visto que contextualizam as descobertas empíricas alcançadas. Trabalhos académicos da Tanzânia, como a análise de Musa Gideon Mitekaro (2016) sobre os impactos socioeconómicos do turismo nas comunidades locais ou as críticas de *Halima Kilungu* (2019) aos paradigmas do turismo no Kilimanjaro, fazem parte dos recursos documentais da presente pesquisa comparativa. As publicações académicas chinesas sobre as estratégias de conservação e as políticas de turismo interno em Sanqingshan também fornecem perspetivas localizadas de análise. São igualmente obtidas visões práticas a partir de materiais promocionais de operadores turísticos, de plataformas de *feedback* de turistas e de conteúdos de marketing digital, como meios de avaliação da eficácia da marca e de comunicação com as partes interessadas.

A análise documental orienta a comparação temática, através de textos legais, planos de gestão e registos de pessoal. As práticas de sustentabilidade são avaliadas através de relatórios de monitorização ambiental, estatísticas de gestão de resíduos e estudos de subsistência das comunidades que identificam compensações ecológicas e socioeconómicas. As estratégias de comunicação são examinadas através da análise da cobertura mediática realizada, de campanhas promocionais e métricas de envolvimento digital, procurando verificar como cada Parque articula a promoção do seu valor patrimonial para públicos diversos.

De forma sistemática, a dissertação está estruturada de modo a explorar a dinâmica comparativa entre o Parque Nacional de Kilimanjaro e o Parque Nacional de Sanqingshan enquanto Patrimónios Naturais da Humanidade, a serem usufruídos por todo o ser humano e enquadrados nos 5Cs da UNESCO. A investigação começa por fundamentar a base histórica e institucional do sistema do Património Mundial. O Capítulo 1 traça a gênese e a evolução histórica da noção moderna de Património e de

² 人民日报

³ 江西日报

Património Mundial, detalhando o estabelecimento da Convenção do Património Mundial e dos seus organismos operacionais, como a UNESCO, o World Heritage Committee, e instituições consultivas como a União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) ou o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM). O Capítulo 1 explica ainda os processos que sustentam a *Lista do Património Mundial* e a *Lista do Património Mundial em Perigo*, juntamente com o enquadramento estratégico dos 5Cs e mecanismos essenciais como os *Relatórios Periódicos*. Esta base teórica contextualiza o papel do património natural em todas as categorias do Património Mundial.

O Capítulo 2 reorienta o foco para o contexto global do Património Mundial Natural, observando a sua representatividade e equilíbrio geográfico. Destaca-se a posição paradoxal da Tanzânia como uma nação dotada de uma vasta biodiversidade, mas sub-representada na *Lista do Património Mundial*. Este facto contrasta com a abordagem proactiva da China quanto à inclusão e gestão do seu património, que é moldada tanto pelas antigas convenções ecológicas como pela moderna perícia institucional. Ao comparar estes dois contextos nacionais, o Capítulo 2 sugere o potencial de uma colaboração sino-tanzaniana, através da qual os ricos, mas subutilizados, recursos naturais da Tanzânia poderiam beneficiar da experiência técnica e processual da China na conservação do património.

Os Capítulos 3, 4 e 5 prosseguem a análise comparativa central, começando pelos processos de nomeação e inclusão do Parque de Kilimanjaro e do Parque de Sanqingshan como Patrimónios da Humanidade. Esta revisão, realizada no Capítulo 3, conduz depois à análise comparativa tentando responder a três dimensões condensadas a partir dos 5Cs: aspetos relacionados com a administração, a situação de sustentabilidade e as estratégias de comunicação. O Capítulo 4 atende ao aspeto administrativo, contrastando as respetivas estruturas legais, entidades de gestão e eficiências operacionais em ambos os Parques. Através da exploração dos materiais disponíveis, cruza-se o que acontece no Parque de Kilimanjaro, onde se coloca o desafio das lacunas legislativas e institucionais, com o modelo centralizado adotado pelo Parque

chinês, que tem assegurados os recursos estatais, mas corre o risco de um mercado excessivamente fechado. O Capítulo 5 foca-se no tópico da sustentabilidade, atendendo às relações com as comunidades e às estratégias de comunicação. Como ameaças à sustentabilidade são avaliadas as pressões ecológicas, tais como as alterações climáticas nos glaciares de Kilimanjaro e a erosão provocada pelo turismo em Sanqingshan, juntamente com as dimensões socioeconómicas, como os meios de subsistência das comunidades locais, a diversificação de receitas e o equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento. Nos últimos subponto do Capítulo 5, as estratégias de comunicação são dissecadas através da análise dos esforços de *branding* de cada Parque: o estatuto icónico global de Kilimanjaro *versus* a sua negligente comunicação pouco eficiente; e o sucesso doméstico, mas o limitado alcance internacional do Parque de Sanqingshan. Desta forma, o último subcapítulo procura propor sinergias para uma narrativa intercultural e envolvimento digital entre os dois casos em paralelo analisados.

Em termos finais, a dissertação procura delinear recomendações práticas para a Tanzânia e a China, destacando os seus campos fortes e potencialmente complementares, como as experiências tecnológicas do Parque chinês e as boas práticas de conservação do Parque tanzaniano. De forma mais geral, a presente investigação visa gerar recomendações práticas que possam ajudar a melhorar a gestão do património natural, a promover a troca de conhecimento intercultural e a fazer avançar a missão da UNESCO de preservar o património natural através da colaboração transnacional.

1. Capítulo I : A Noção de Património

O património não é um termo novo que tenha aparecido só no século XX. O conceito de património surgiu antes e ganhou gradualmente a sua definição, âmbito e impacto atuais, após se ir consolidando em diferentes fases históricas, sobretudo europeias.

1.1. Génese e Evolução da Noção Moderna de Património

O conceito de património, na sua ligação a objetos físicos, começa a existir na Idade Média, mas estava limitado principalmente à área religiosa e real, entre os príncipes da igreja e governantes seculares. Pedras preciosas, relíquias dos santos católicos, estátuas antigas, entre outros objetos foram vistos como os principais bens patrimoniais a conservar num espaço privado dito *Studiolo*. Ainda assim, estes bens formavam coleções que eram geralmente exibidas de forma privada (Blom, 2003, p. 33).

Com o aproximar da época do Renascimento europeu, manteve-se um conceito de património fluido, interpretado como repositório de objetos representativos do passado (Ferreira Azzi, 2011, p. 360). Portanto, durante este período vai começando a ser assumida alguma responsabilidade social pela proteção de alguns bens, procurando destacar os seus valores estéticos, educativos e históricos. Edificações antigas, como o *Partenon*, em Atenas, e o *Coliseu*, em Roma, voltaram a merecer grande atenção. Por esta altura, aliás, os estudos de tecnologia arquitetónica antiga ressurgem num fluxo interminável. Profissionais literários como *Francesco Petrarca* e *Dante Alighieri* abordaram a literatura clássica, traduzindo e divulgando obras filosóficas, literárias e científicas gregas e romanas antigas. Artistas como Filippo Brunelleschi e Donatello concentraram-se nos estudos da arquitetura, escultura e pintura antigas, dos estilos clássicos. Vale a pena mencionar que Brunelleschi transferiu a tecnologia arquitetónica romana antiga para as suas próprias obras arquitetónicas e, assim, projetou a Catedral de Florença com a sua cúpula. À medida que a autoridade da Igreja entrou em declínio, as pessoas ganhavam consciência da morte e da importância dos bens materiais. Este facto tornou-se premente e estimulou também o acúmulo de bens como forma de

património, em seu sentido original de herança a ser deixada às gerações seguintes (Ferreira Azzi, 2011, p. 367).

A noção moderna de património sofre algumas evoluções significativas no século XVIII, sob as influências do Iluminismo e, posteriormente, da Revolução Francesa: a forma de exibição aberta e a fase da investigação sistemática. Além do interesse pela antiguidade clássica, ao contrário da prática medieval, muitas obras de arte foram transferidas de coleções privadas para a sua exposição pública, dando origem ao protótipo do museu (Ferreira Azzi, 2011, p. 366). O livro *História da Arte Antiga*, do arqueólogo Winckelmann, era uma obra abrangente sobre o estudo da arte grega e romana antigas, defendendo a sua proteção através da investigação artística. Denis Diderot, que foi o editor-chefe da *Encyclopédie*, também fez registos em desenho de edificações nesse grande volume. O *Essai sur les mœurs et l'esprit des Nations* explorava a história e a cultura de diferentes civilizações e promoveu a investigação intercultural sobre alguns bens patrimoniais (Voltaire, 1756). Por outro lado, durante a Revolução Francesa, muitos bens que tinham sido propriedades reais, aristocráticas e eclesiásticas foram confiscados, correndo o risco de destruição, já que eram vistos como símbolos do regime agora derrubado. Para tentar proteger essas obras de arte e edifícios antigos em perigo é criada a instituição provisória da *Commission des Monuments*, nos anos 90 do século XVIII, visando proteger edifícios históricos e obras de arte. Em 1793, um ano após a queda da monarquia, o palácio do Louvre foi oficialmente nomeado e inaugurado como *Musée Central des Arts*. Por este processo transformavam-se bens de posse privada em herança nacional francesa, cujo usufruto podia e devia ser para benefício de todos os habitantes da nação (Ferreira Azzi, 2011; Choay, 2007).

No século XIX, o nacionalismo vai prevalecer na Europa e o património histórico torna-se um dos principais símbolos da identidade e da história nacionais (Marques e Martins, 1998, p. 127). Em 1877, o Reino Unido criou a Sociedade para a Proteção dos Edifícios Antigos⁴, organismo responsável pela preservação desses edifícios. Em França, a Igreja de Notre Dame, um edifício medieval, torna-se um símbolo da nação francesa. Na

⁴ Society for the Protection of Ancient Buildings

Alemanha, a Catedral de Colónia, uma construção românica, passa a ser vista e identificada como património histórico da nação alemã. Após a independência, a Grécia compromete-se a restaurar ruínas antigas, em especial a Acrópole, em Atenas. A arqueologia surge, então, como uma disciplina independente, capaz de promover o estudo do património histórico. As Ruínas de Troia, escavadas pelo alemão Heinrich Schliemann, foram um típico produto patrimonial deste período.

A partir do século XIX, a comunidade internacional também inicia o apoio de proteção a alguns bens naturais, mesmo que a proteção da natureza, na prática fosse em exclusivo contra a caça ou pela regeneração florestal. Nesse sentido, seria algo recorrente desde o neolítico (Marques e Martins, 1998, p. 125). Em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América, torna-se o primeiro parque nacional do mundo. Os EUA eram a primeira nação que cedo teve consciência da necessidade de proteção da natureza. Países europeus como a Alemanha e a Suíça também começaram a estabelecer reservas, preocupando-se em manter paisagens e ecossistemas naturais únicos. Ou seja, neste período, a consciência patrimonial integra mais um elemento essencial e os bens naturais começam a fazer parte da noção geral de património.

O século XX, com o seu próprio ritmo, forçou a abrir as portas ao domínio patrimonial (Choay, 2007, p. 11). Em 1913, realizou-se o Primeiro Congresso Internacional para a Conservação da Natureza, na Suíça, apelando à preservação do ambiente natural e à cooperação internacional. Depois, as duas guerras mundiais do século XX causaram grandes danos ao património histórico em quase todo o mundo. Surgem, por isso, muitas iniciativas pioneiras quando o poder político fica consciente da fragilidade ambiental (Marques e Martins, 1998, p. 125). Até para procurar ajudar a resolver o grave problema de destruição massiva de muitas cidades europeias, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O grande objetivo da organização é contribuir para a paz, através da educação, ciência e cultura intensivas (Fernandes, 2022, p. 385). A UNESCO consegue consolidar as bases fundamentais para os futuros eventos do Património Mundial. No contexto da UNESCO, em 1954, foi adotada a *Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, normalmente designada de modo abreviado por *Convenção de Haia*. Este

documento legislativo estabelece as disposições legais, que procuram impedir a destruição ou pilhagem do património edificado em caso de guerras. Na década de 1960, com a globalização acelerada, a proteção do património ganha maior atenção à escala global. Em 1972, a UNESCO adotou a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, normalmente referida de forma abreviada como *Convenção do Património Mundial*. Para além de confirmar a utilização da expressão património cultural, trata-se de um documento que assume de forma clara a ideia de um património comum da humanidade, cuja estrutura de proteção caberá a todos os países (Tan, Li e Huang⁵, 2009, p. 22). A responsabilidade patrimonial passa, então, do âmbito nacional para um nível global. Através deste documento legislativo, a UNESCO consolida as bases materiais para a futura *Lista do Património Mundial* (doravante designada por *Lista*).

Contudo, desde a promulgação da Convenção do Património Mundial, que vários países não-europeus, e no caso, sobretudo, sul-americanos, foram reclamando da necessidade de expandir a noção do que deveria merecer proteção patrimonial. Assim, já no século XXI, foram estendidos os conceitos de património cultural e património natural. Em 2003, a UNESCO adota a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, pela qual a noção de património se aproxima de modo evidente do conceito antropológico de cultura, concretizando, assim, a dita viragem cultural na abordagem patrimonial. Graças a esta expansão do conceito, manifestações como os artesanatos e festividades passam a caber no âmbito patrimonial (Fernandes, 2022) ⁶.

Em 2015, as Nações Unidas definiram a Agenda 2030, adotada por todos os Estados-parte, que identifica os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030 (ONU, 2015, p. 14). Os ODS 14 e 15 têm como alvo a vida na água e na terra. Para a classificação geral do património, a UICN propõe três enquadramentos possíveis: o tipológico, o cronológico e o temático. De acordo com as características humanas e ambientais, os bens podem ser classificados em 14 tipos principais, que se subdividem em 30 subtipos. O enquadramento temporal dispõe os bens segundo a sua

⁵ 谭杰, 李星, 黄南南

⁶ Isto, apesar de, em termos de procedimentos de proteção, a categoria *património cultural* surgir subdividida em dois tipos: material e imaterial.

época de produção; sob o enquadramento temático, formam-se seis temas principais, como a associação cultural, a expressão criativa, a resposta espiritual, ou a utilização de recursos naturais. Cada grande tema está subdividido em mais de 40 subtemas (ICOMOS, 2004, p. 54-81).

De forma dinâmica, desde a Convenção do Património Mundial, este pode ser classificado através de três categorias principais: bens culturais, bens naturais e bens mistos, e há necessidade de aperfeiçoamento para várias classificações específicas e abrangentes (Marques e Martins, 1998, p. 125).

1.2. A UNESCO e a Proteção do Património Mundial

Já foi referido o papel da UNESCO na definição e divulgação do conceito moderno de património e, em particular, da noção de Património Mundial. Esta instituição responsável por produzir a maior parte da legislação internacional na área, tem gradualmente formado um sistema bastante aperfeiçoado de proteção desses bens, entendidos como património comum da humanidade. O órgão principal nesse processo responsável pela implementação da *Convenção* de 1972 é o Comité do Património Mundial da UNESCO (doravante designada por Comité), fundado em 1977 e diretamente subordinado à UNESCO. O Comité avalia as candidaturas a património mundial, analisa e avalia o estado de proteção do bem candidato, administra o Fundo do Património Mundial e atende a todos os assuntos relacionados com esta categoria patrimonial. O Comité realiza também a sua Conferência anual, que varia de lugar entre os Estados-parte, e tem o objetivo de rever a inclusão do Património Mundial recém-nomeado e a integrar na *Lista* e decidir sobre o estado de conservação do bem, para a sua inclusão na *Lista* ou na *Lista do Património Mundial em Perigo* (doravante designada por *Lista em Perigo*). Outras reuniões são realizadas quando necessário, tanto Sessões Extraordinárias como Reuniões com os Órgãos Consultivos. Estes são constituídos por três principais organismos: a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN); o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); e o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM).

Estes três organismos prestam apoio profissional ao Comité: a UICN fornece avaliação, deteção de problemas e suporte técnico acerca do património natural; o ICOMOS fornece idêntico suporte acerca do património cultural; e o ICCROM contribui para a formação dos profissionais ligados ao património, bem como para o restauro e divulgação do Património Mundial (CPM, 2024, p. 30-37).

Para que o Comité consiga realizar a sua gigantesca tarefa e consiga promover a representatividade e o equilíbrio global do Património Mundial, a UNESCO procede à divisão geográfica do mundo em cinco regiões principais: 1) Europa e América do Norte, aí se incluindo os continentes europeu e norte-americano e as ilhas vizinhas, como a Gronelândia e a Islândia; 2) Ásia e Pacífico, que abrange uma ampla área geográfica, estendida desde a Ásia Ocidental até às Ilhas do Pacífico, principalmente o continente asiático e as suas ilhas vizinhas, bem como os países insulares do Pacífico; 3) América Latina e Caraíbas, cobrindo a ampla faixa geográfica desde o México até ao extremo sul da América do Sul, bem como os países insulares das Caraíbas; 4) Estados Árabes, abrangendo os países e regiões dominados pela cultura árabe como os países do Norte de África, da Ásia Ocidental e da Península Arábica; 5) África, que inclui sobretudo o continente africano e suas ilhas vizinhas, mas exclui os países árabes africanos, como o Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos. Atualmente, a grande maioria dos países soberanos são Estados-parte da UNESCO.

1.3. Património Mundial: candidaturas e critérios de classificação

Os bens classificados como Património Mundial passam por um rigoroso processo de candidatura, desde a proposta de inscrição até à inclusão na *Lista* (CPM, 2024, p. 133). Apenas os bens reconhecidos como detendo “valor universal excecional” (VUE) podem ser incluídos na *Lista*. O reconhecimento do VUE pode ser alcançado através da respetiva conformidade com um dos dez critérios específicos seguintes:

- (i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
- (ii) mostrar ser um intercâmbio importante de valores humanos, durante determinado tempo ou numa área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou

tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou no desenho da paisagem;

(iii) mostrar ser um testemunho único, ou pelo menos excecional, de uma tradição cultural ou civilização que está viva ou que tenha desaparecido;

(iv) ser exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetónico, tecnológico ou paisagístico, que ilustre significativos estágios da história humana;

(v) ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura (ou várias), especialmente quando se torna vulnerável sob o impacto de uma mudança irreversível;

(vi) estar direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, ideias ou crenças, trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal;

(vii) conter fenômenos naturais excecionais ou áreas de beleza natural e estética de excecional importância;

(viii) ser um exemplo excecional representativo de diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos importantes;

(ix) ser um exemplo excecional que represente processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos ou aquáticos e comunidades de plantas ou animais;

(x) conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuem um valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Dos dez critérios definidos, do 1 ao 6 aplicam-se ao património cultural; os critérios de 7 a 10 aplicam-se ao património natural e todos os critérios se podem aplicar ao património misto. O pedido de inscrição de um bem como Património Mundial deve, pelo menos, satisfazer um dos dez critérios. Para além da satisfação de algum critério, a “autenticidade” e “integridade” dos bens, associadas à noção de VUE, são também noções fundamentais. A autenticidade de um bem patrimonial refere-se ao nível de fidelidade ao original na sua forma, desenho, matéria, utilidades e funções, entre outros aspetos (CPM, 2024, p. 82-86). Um património autêntico é entendido como sendo capaz de refletir o seu valor histórico e cultural. A integridade de um bem patrimonial significa que não foi tocado ou alterado, devendo um património manter-se como uma unidade integral e completa. O princípio de integridade aplica-se sempre ao património natural, como no caso de uma floresta virgem ou da reserva da natureza (CPM, 2024, p. 87-89).

No passado, estes dois princípios aplicaram-se de forma separada ao património cultural e ao património natural, tendo desempenharam um papel particular na avaliação e supervisão do estado de cada um desses tipos de patrimónios. Entretanto, a compreensão desses dois princípios alarga-se e torna-se claro que a combinação dos dois é inevitável em ambos os tipos de património. Por um lado, os bens culturais também enfrentam problemas de integridade: um centro histórico enfrenta o perigo da destruição substantiva e este facto fará com que a sua integridade seja prejudicada. Por outro lado, os patrimónios naturais estão também sujeitos a riscos de autenticidade diminuída. Em função disso, passa-se a verificar a tendência de utilização conjunta dos dois princípios.

A *Lista* e a *Lista em Perigo* incluem, respetivamente, os Patrimónios Mundiais reconhecidos como detentores de VUE e os que são de forma idêntica reconhecidos como tal, mas se encontram sob ameaças graves. Muitos dos bens patrimoniais incluídos na *Lista*, foram efetivamente protegidos ou restaurados, pelo que também podem ter ganho uma situação global mais favorável do que tinham à partida. Os bens patrimoniais inicialmente integrantes na *Lista*, mas que passem a correr grandes riscos de dano, serão transferidos para a *Lista em Perigo* até que a sua situação volte a ficar normalizada através de ações mais ou menos rápidas e/ou intervenções de fundo, então regressando à *Lista* (CPM, 2024, p. 177-191).

Antes da inclusão formal numa *Lista*, o Estado-parte que abriga o bem define a respetiva *Lista Indicativa*. De acordo com os *Guias Operacionais*⁷, cada Estado-parte deverá atualizar este documento, pelo menos, a cada dez anos, com informação fundamental sobre o VUE e os planos de gestão relativos aos patrimónios aí registados. Para alcançar uma nova inclusão nas duas *Listas* possíveis, o Estado-parte necessita enviar uma candidatura formal com as informações relacionadas com o bem patrimonial em questão. Os documentos de candidatura devem ser apresentados antes do primeiro dia de fevereiro de cada ano. A seguir, o período de avaliação e revisão do processo durará cerca de 18 meses. Os três principais órgãos consultivos apresentarão um relatório de

⁷ *Operational Guidelines*

avaliação detalhado, alcançado através de inspeções no local, análises científicas e outros meios complementares de inspeção. Em seguida, na Conferência Anual do Comité, realizada em junho ou julho de cada ano, todos os Estados-parte analisarão o Relatório de avaliação, discutindo e decidindo os resultados acerca dos bens candidatados. Os bens patrimoniais a que possam faltar informações julgadas necessárias ou um plano de ação mais aperfeiçoado, verão a sua candidatura adiada, vindo a ser analisados na próxima Conferência Anual, quando tiverem complementado as informações ou os planos solicitados. Os bens patrimoniais que não forem aprovados pelos votos dos Estados-parte, não serão incluídos na *Lista*. Além disso, o Comité decidirá da inclusão na *Lista em Perigo* dos patrimónios julgados sob sérias ameaças (CPM, 2024, p. 192-198).

Contudo, a inclusão na *Lista* não significa o fim da avaliação dos patrimónios em causa. Os Estado-parte são obrigados a apresentar um *Relatório do Estado de Conservação* (SOC) de seis em seis anos. Neste Relatório devem necessariamente ser explicadas as medidas e os desafios de proteção do património adotados no país. A UNESCO e os órgãos consultivos do Comité realizarão inspeções regulares no local para garantir que o Património Mundial é efetivamente protegido ou restaurado.

1.4. Enquadramento dos 5Cs na *Convenção de 1972*

A fim de reforçar a proteção e a gestão do Património Mundial, a UNESCO definiu cinco objetivos estratégicos, vulgarmente referidos como os 5Cs. São eles: 1) Credibilidade, garantir a cientificidade, imparcialidade e autoridade da *Lista do Património Mundial* e melhorar a sua credibilidade; 2) Conservação, garantir a integridade física, a autenticidade e a sustentabilidade do Património Mundial e evitar que este seja destruído ou degradado; 3) Capacitação, aumentar a capacidade dos Estados-parte, das comunidades locais e das partes interessadas na proteção e gestão do património e promover o desenvolvimento de medidas de capacitação eficazes para implementar a Convenção e ferramentas com ela relacionadas; 4) Comunidade, promover as comunidades locais e as partes interessadas a participarem na proteção e gestão do

património, e garantir que os seus valores culturais e sociais são respeitados e transmitidos; 5) Comunicação, aumentar a sensibilização, participação e apoio do público ao valor do Património Mundial, através de uma publicidade e educação eficazes.

A formulação final dos 5C demorou vários anos. De um modo geral, a *Declaração de Budapeste*, de 2002, propunha quatro objetivos estratégicos, nomeadamente a Credibilidade, Conservação, Capacitação e Comunidade. Em 2007, na 31^a Sessão do Comité, foi decidido adotar os 5Cs como os objetivos estratégicos, acrescentando, assim, o objetivo da Comunicação. Este enquadramento estratégico através dos 5Cs passou a ser enfatizado em muitos documentos oficiais, e os indicadores de cada objetivo foram especificados passo a passo. Numa visão panorâmica, percebe-se que cada objetivo estratégico concretiza uma ambição diferente.

A credibilidade é o eixo central dos 5Cs, tendo como referência a cientificidade e a transparência do sistema do Património Mundial, desde os procedimentos de candidatura, de planeamento da gestão, monitorização, até à avaliação. Este objetivo exige que a *Lista* seja equilibrada e representativa, que o processo de candidaturas e inscrição seja científico, justo e transparente, e que a proteção dos bens ou sítios patrimoniais seja científica e eficaz. Em 2011, a UNESCO publicou a *Estratégia de Capacitação para o Património Mundial*, que estabelece 14 ações específicas para a meta em causa. O *Plano de Ação Estratégica* especifica seis objetivos estratégicos, cinco dos quais se centram na preocupação em alcançar a credibilidade;

A Conservação é um dos meios importantes dos 5Cs. Este objetivo indica a preocupação com a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e da paisagem no contexto do Património Mundial. A proteção dos bens naturais necessita de responder a múltiplas ameaças, tais como as alterações climáticas, os desastres naturais e as abusivas atividades humanas. Em Portugal, sob o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, foi elaborada e assinada, em 1992, a *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a qual entrou em vigor no ano seguinte. A Conferência em causa é um importante instrumento que tem como principal objetivo a proteção da biodiversidade;

A Capacitação enfatiza a necessidade de formação e transmissão de conhecimentos por parte das instituições nacionais e também dos profissionais dos sítios patrimoniais. Da parte das instituições, as capacidades solicitadas são identificar, manter e exibir o património próprio. Da parte dos trabalhadores dos locais Património Mundial é requerido um profissionalismo relevante para a manutenção dos bens. Em 2001, o Comité aprovou a *Estratégia Global para a Formação em Património Cultural e Natural*, que visa melhorar as competências profissionais, tendo em vista a implementação da *Convenção* a nível global e nas cinco regiões geográficas definidas. Passados dez anos, a UNESCO e os Estados-parte aperceberam-se de duas grandes deficiências dessa *Estratégia de Formação*. Em primeiro lugar, assentavam numa forte tendência de capacitação individual através de treinamento tradicional. A essência deste tipo de treino convencional é a transferência de conhecimentos. No entanto, porque se pretende uma proteção prática, a transferência de conhecimentos de cima para baixo já não consegue satisfazer as necessidades atuais. A rede de atores do património consiste, não só nas instituições do património, mas também numa comunidade maior e continuamente crescente. A transferência de saberes não pode ficar sujeita a um âmbito definitivo e limitado; a formação deve incluir a aquisição de experiências. Em segundo lugar, compreendeu-se que as experiências de proteção de patrimónios naturais e culturais devem ser combinadas através de um mesmo instrumento normativo. No passado, os dois tipos de bens patrimoniais eram tratados separadamente, e os dois tipos de profissionais que neles atuavam nem estabeleciam ligações fortes entre si. Em virtude disso, era ignorada a possibilidade de as duas categorias poderem ser ligadas e se complementarem uma à outra. Portanto, a *Estratégia Global de Formação*, de 2011, identifica três públicos-alvo e respetivas áreas de responsabilidade: 1) Praticantes dedicados à implementação da Convenção; 2) Instituições, legislação e recursos; 3) Comunidades e redes, gestão, sustentabilidade e comunicação.

A comunicação é reconhecida como uma ferramenta importante dos 5Cs. Por este objetivo enfatiza-se a importância da educação e da publicidade, tanto para divulgar junto do público os valores patrimoniais, quanto para promover a cooperação

internacional. As estratégias de comunicação envolvem a educação pública, a divulgação de informação, a participação comunitária e a cooperação internacional. O 27º artigo da *Convenção* estabelece que os Estados-parte devem aumentar o respeito público e a participação na proteção do Património Mundial através de programas de educação e divulgação. O 28.º artigo refere que os Estados-parte devem partilhar as melhores práticas em matéria de proteção patrimonial através da cooperação internacional. Após décadas de práticas mais individualizadas, o *Protocolo de Nagoya*, de 2010, debruça-se sobre a utilização da comunicação para promover a transparência de acesso e repartição de benefícios. Cinco anos depois, a *Política do Património Mundial e Desenvolvimento Sustentável* volta a enfatizar o importante desempenho da comunicação na promoção de efeitos sinérgicos entre a proteção do património e o desenvolvimento sustentável. Embora este objetivo só tenha sido acrescentado aos 5Cs em 2007, isso não significa que não seja importante, muito pelo contrário. Por ocasião da comemoração dos 50 anos da Convenção, em 2022, o perito chinês Lv Zhou⁸, salientava que, nos "próximos 50 anos" a comunicação deveria ser incorporada no quadro geral da revitalização do património, servindo como uma ferramenta funcional, eficaz e independente;

Até porque é fator para o sucesso dos outros objetivos, a comunidade é um importante implementador dos 5Cs e desempenha papel ativo na proteção e gestão do património. A comunidade e os bens ou sítios patrimoniais são interdependentes. A participação da comunidade contribui para que se alcance a sustentabilidade dos bens patrimoniais. O 5.º artigo da *Convenção* estabelece que, os Estados-parte devem assegurar que a gestão dos sítios patrimoniais tenha plenamente em conta as necessidades e os interesses das comunidades locais. O 10.º artigo (c) da *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, aprovada em 1992, sublinha que deve ser apoiada a participação da comunidade em atividades de conservação da biodiversidade e de utilização sustentável. A *Política do Património Mundial e do Desenvolvimento Sustentável*, de 2015, enfatiza igualmente o

⁸ 吕舟, ex-membro do Conselho do ICCROM (2003-2011), vencedor do Prémio ICCROM (2013). Disponível em https://www.arch.tsinghua.edu.cn/info/rw_jzx/1384

papel fundamental da participação da comunidade na obtenção de uma relação sinérgica entre a proteção patrimonial e o desenvolvimento sustentável. Nos muitos outros instrumentos normativos da UNESCO, a comunidade é cada vez mais repetidamente mencionada e enfatizada. As comunidades têm um importante papel a desempenhar na proteção e gestão do património.

2. Capítulo II: Património Mundial Natural

A Convenção e a noção de Património Mundial centram-se nos patrimónios cultural e natural. O Património Natural é relativo a manifestações representando exemplos excepcionais da evolução natural da Terra e testemunhos da coexistência harmoniosa entre o ser humano e a natureza. É, com frequência, uma dádiva da natureza, formada ao longo de milhões de anos, através de mudanças geológicas e ecológicas. O seu VUE reside principalmente nas características geológica, ecológica e de biodiversidade.

2.1. Património Natural à escala global

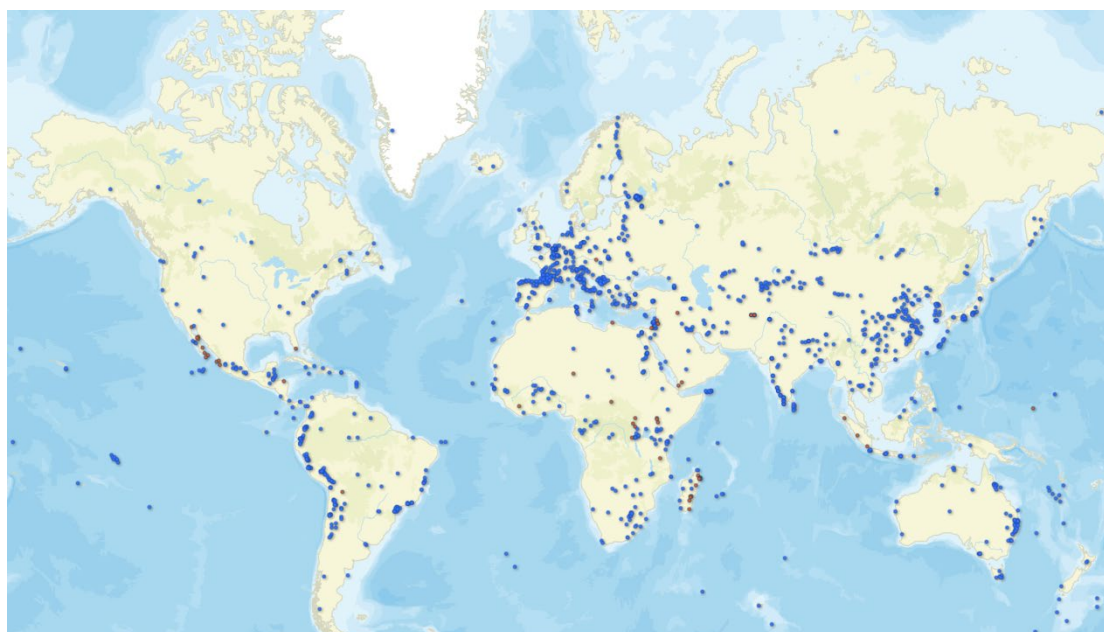
O património natural está mais sujeito à ação de fatores como alterações climáticas, atividades humanas e condições físicas locais, que o podem tornar mais frágil e de mais difícil conservação. Ao contrário do património cultural, cada património natural é, muitas vezes, um ecossistema independente, que sustenta diversas espécies, sendo um vetor crucial da biodiversidade. A sua proteção está intimamente ligada à necessidade de enfrentar as mudanças climáticas globais, o equilíbrio ecológico e o uso sustentável de recursos. Discutir o património natural é, de certa forma, discutir o desenvolvimento sustentável: ambiental, económico e cultural associado aos respetivos locais. A utilização racional destes recursos locais pode gerar empregos e avanços científicos, dada a sua manutenção depender da rede comunitária local.

Como já analisado no capítulo 1, a UNESCO atende à distribuição do Património Mundial dividindo-o em cinco regiões geográficas: Europa e América do Norte, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, Estados Árabes e África. Importa compreender que o ambiente natural surge interligado como um todo em cada uma dessas regiões geográficas, e o património natural representa, com frequência, o valor máximo dos recursos naturais locais.

Geograficamente, os bens naturais e mistos revelam uma concentração notável nas regiões costeiras e nas zonas temperadas e tropicais (Figura 1). Os ecossistemas

costeiros, como os mangais, os recifes de coral e as reservas marinhas, albergam frequentemente uma biodiversidade excecional e formações geológicas únicas.

Figura 1- Distribuição dos bens patrimoniais naturais e mistos no mundo (2025)



Fonte: editada e reduzida a partir da Plataforma de Mapas *Online* do CPM

Em contraste, as regiões polares e as vastas áreas interiores, como desertos ou planaltos de altitude, enfrentam restrições ecológicas como climas extremos, biodiversidade limitada ou desafios logísticos nos esforços de conservação. Os Estados Árabes, dominados por ambientes interiores áridos, albergam poucos bens naturais e mistos, ilustrando ainda mais a disparidade referida. As regiões tropicais e temperadas beneficiam de uma maior riqueza de espécies, de ecossistemas dinâmicos e de um maior foco internacional na conservação, enquanto as áreas mais frias ou remotas carecem frequentemente da complexidade ecológica ou da priorização institucional necessárias para o reconhecimento do seu património natural.

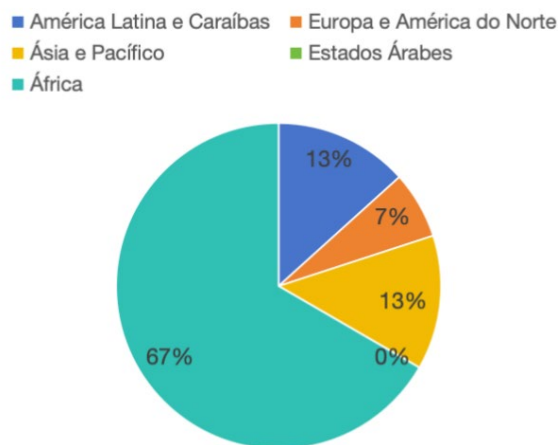
Por regiões, a distribuição dos bens naturais e mistos apresenta variações significativas. A Ásia e o Pacífico, juntamente com a Europa e a América do Norte, lideram em sítios de património natural, com 73 e 71 respetivamente. Representam coletivamente mais de 60% do total global que é de 231 sítios. África segue com 42 sítios naturais, enquanto a América Latina e as Caraíbas têm 39, indicando uma diversidade substancial de

património natural nestas regiões. Os Estados Árabes têm a contagem mais baixa, com apenas seis sítios naturais classificados (CPM, 2025).

Os sítios de património misto, que combinam significado natural e cultural, são muito menos numerosos a nível global, 40 bens no total, com a Europa e América do Norte e Ásia e Pacífico a contribuírem com doze sítios cada. A América Latina e Caraíbas, África e Estados Árabes têm oito, cinco e três sítios mistos, respetivamente. Esta disparidade realça as diferenças regionais no foco da conservação natural, na diversidade ecológica e na integração de valores culturais e naturais na proteção do património (CPM, 2025).

Os bens naturais e mistos em perigo apresentam uma situação melhor em comparação com a passada. De acordo com dados recentes, existem 15 bens reconhecidos na *Lista em Perigo*. Em África incluem-se dez bens naturais e mistos em perigo, representando dois terços do total (Gráfico 1). Esta concentração de bens em risco reflete provavelmente pressões ambientais severas, tais como a degradação do *habitat*, a caça ilegal, os impactos das alterações climáticas e a instabilidade política que afetam os esforços de conservação na região.

Gráfico 1 -Percentagem dos bens patrimoniais naturais e mistos em perigo (2025)



Fonte: Plataforma estatística do CPM

A América Latina e Caraíbas, juntamente com a Ásia e Pacífico, têm cada um dois sítios naturais ameaçados, enquanto a Europa e América do Norte reportam um único. Os

Estados Árabes não listam atualmente nenhum sítio natural ameaçado, possivelmente devido ao menor número de áreas de património natural designadas na região.

Os bens em perigo são apenas de património natural, não havendo um único bem misto sob ameaça. É estimado que esta característica mista suscite, de certo modo, salvaguardas institucionais mais fortes para a componente culturalmente significativa, se bem que também possa haver lacunas na monitorização das vulnerabilidades do património misto.

2.2. Bens Naturais da Tanzânia

O Grande Vale do Rift Oriental é uma das áreas de África mais ricas em património natural, tanto no que diz respeito a formações geológicas únicas, quanto em abundantes fauna e flora selvagens. Nessa zona, a República Unida da Tanzânia é um dos países mais ricos em recursos naturais.

Influenciada pela geografia do Grande Vale do Rift, a Tanzânia apresenta regiões montanhosas no centro, oeste e nordeste do país. No Desfiladeiro de *Olduvai*, localizado no norte da Tanzânia, os arqueólogos descobriram fósseis de australopitecos, razão pela qual o local é frequentemente designado como um dos "berços da humanidade". No norte e oeste do país, encontra-se o Lago Vitória, o maior lago de África. O Lago Tanganica, por sua vez, é o mais profundo do continente e famoso pela sua diversidade de peixes únicos. A leste, a costa banhada pelo oceano Índico é caracterizada por um clima quente e húmido, com o arquipélago de Zanzibar localizado próximo do litoral. As Quedas de Kalambo, situadas no rio Kalambo, na fronteira com a Zâmbia, são a segunda maior cascata contínua de África. A Reserva Marinha da Baía de *Menai* é a maior área marinha protegida de Zanzibar.

A conservação dos recursos naturais pelo Estado tem cerca de 70 anos. O primeiro presidente da Tanzânia, *Mwalimu Julius K. Nyerere*, reconheceu desde cedo a importância da vida selvagem nos recursos naturais do país. Em setembro de 1961, num

simpósio sobre Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais⁹, proferiu o seu famoso Manifesto de Arusha:

A sobrevivência da nossa vida selvagem é uma questão de preocupação para todos nós em África. Estas criaturas selvagens no meio dos lugares selvagens que habitam não são apenas importantes como fonte de admiração e inspiração, mas são parte integrante dos nossos recursos naturais e do nosso futuro sustento e bem-estar... A conservação da vida selvagem e dos lugares selvagens exige conhecimentos especializados, mão-de-obra qualificada e dinheiro, e esperamos que outras nações cooperem connosco nesta importante tarefa, cujo sucesso ou fracasso não afeta apenas o continente africano, mas também o resto do mundo.

O Presidente *Nyerere* sublinhava que a vida selvagem não é apenas a essência do património nacional, mas também a responsabilidade comum de toda a humanidade.

Até a atualidade, a Tanzânia é um país que detém três sítios Património Mundial Natural e um Património Mundial Misto. São eles: o Parque Nacional do Serengeti (natural), a Área de Conservação de Ngorongoro, com a sua enorme cratera (misto), o Parque Nacional de Kilimanjaro (natural) e a Reserva de Caça de Selous (natural em perigo desde 2014). O Serengeti é famoso pela migração anual dos seus numerosos gnus, zebras e gazelas, um dos maiores eventos de migração de mamíferos terrestres do mundo. O Ngorongoro, conhecido como o Éden de África, é habitado por imensos grandes mamíferos e espécies de aves. Desde 1979, o Relatório do Estado de Conservação (SOC) de cada bem patrimonial passa a ser normalizado e a Tanzânia submeteu 92 Relatórios entre 1983 e 2024. O país valoriza bastante os seus bens patrimoniais, em particular, o Ngorongoro e o Serengeti, respetivamente, com 28 e 16 Relatórios do Estado de Conservação.

Atualmente, a sua *Lista Indicativa* propõe quatro bens naturais para futura inscrição na *Lista* (Tabela 1). O Parque Nacional de Gombe e a Área de Conservação da baía Jozani-Chwaka são bens naturais propostos na década de 1990, mas que ainda não foram integrados na *Lista*. Já as Montanhas do Arco Oriental da Tanzânia e o Sítio de Formação

⁹ Symposium on the Conservation of Nature and Natural Resources

Tendaguru foram adicionados à *Lista Indicativa* em 2006 e 2022 e serão em breve possíveis novos sítios de Património Mundial.

Tabela 1- *Lista Indicativa* dos bens natural propostos pela Tanzânia

Nome completo de Património	Ano	Critério proposto	Categoria
Parque Nacional de Gombe	1997	Indefinido ¹⁰	Natural
Área de Conservação da baía Jozani-Chwaka	1997	(x)	Natural
Montanhas do Arco Orienta	2006	Indefinido	Natural
Formação Tendaguru	2022	(vii), (x)	Natural

Fonte: Plataforma estatística do CPM

É, no entanto, de lamentar que a sua *Lista Indicativa* seja relativamente curta e pouco atualizada. Este facto leva a que muitos sítios de alto valor natural, que poderiam ser candidatos a património mundial, fiquem impossibilitados de integrar qualquer candidatura. Sem recursos próprios suficientes, a Tanzânia tem de recorrer à assistência financeira internacional da UNESCO, tendo em vista a conservação do seu património, com um total de 74 pedidos aprovados, no valor de mais de 1,4 milhões de dólares.

A Tanzânia encontra-se coberta por vários parques de alta qualidade. Em setembro de 2019, o Estado tinha delimitado 21 parques nacionais, atingindo quase 100.000 quilómetros quadrados de área protegida (TANAPA, 2019). De acordo com os últimos dados de 2023, publicados pelo Tanzania National Bureau of Statistics, o número de turistas internacionais aumentou 24,3%, atingindo o recorde de 1.808.205 visitantes. As receitas do turismo, 1,1 mil milhões de dólares, cresceram 33,5%. A vida selvagem continua a ser o principal fator atrativo para o turismo. Os pontos turísticos a que é dado mais destaque continuam a ser o Ngorongoro, o Serengeti, a costa litoral e Zanzibar e o Parque Nacional de Tarangire, para além da Cidade Velha. O *Tanzania National Bureau of Statistics* (2023) pôde, assim, afirmar: "com as iniciativas de conservação em curso e as melhorias nas infraestruturas, a Tanzânia continuará a ser um destino popular para o turismo de aventura, de vida selvagem e cultural durante muitos anos".

¹⁰ Indefinido, isto é, não se indica critério aplicável na *Lista Indicativa*

2.3. Bens Naturais da China

Quanto à República Popular da China, o país tem inscritos na *Lista* 15 patrimónios naturais e quatro patrimónios mistos (Tabela 2), cobrindo uma área de mais de 100.000 km² de área. Pela sua diversidade geográfica, abrangendo montanhas, desertos, zonas húmidas e florestas, o seu território serve de *habitats* para muitas grandes espécies ameaçadas. O território deste país asiático é produto da interação de movimentos tectónicos, orogenia, ação fluvial e evolução climática. Localizado na parte sudeste da placa euroasiática, a colisão entre a placa indiana e a placa euroasiática deu origem ao Planalto do Tibete, o planalto mais alto do mundo.

Tabela 2 - Lista dos patrimónios naturais e mistos na China (2025)

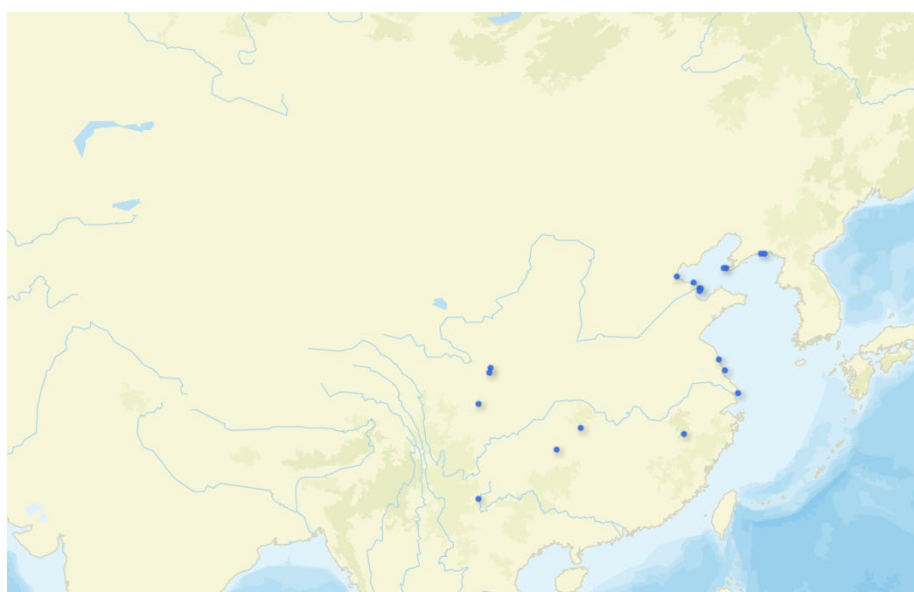
Nº	Património	Nome Completo	Ano
1	Natural	<i>Badain Jaran Desert - Towers of Sand and Lakes</i>	2024
2	Natural	<i>Chengjiang Fossil Site</i>	2012
3	Natural	<i>China Danxia</i>	2010
4	Natural	<i>Fanjingshan</i>	2018
5	Natural	<i>Huanglong Scenic and Historic Interest Area</i>	1992
6	Natural	<i>Hubei Shennongjia</i>	2016
7	Natural	<i>Jiuzhaigou Valley Scenic and Historic Interest Area</i>	1992
8	Natural	<i>Migratory Bird Sanctuaries along the Coast of Yellow Sea-Bohai Gulf of China</i>	2019, 2024
9	Natural	<i>Mount Sanqingshan National Park</i>	2008
10	Natural	<i>Qinghai Hoh Xil</i>	2017
11	Natural	<i>Sichuan Giant Panda Sanctuaries - Wolong, Mt Siguniang and Jiayin Mountains</i>	2006
12	Natural	<i>South China Karst</i>	2007, 2014
13	Natural	<i>Three Parallel Rivers of Yunnan Protected Areas</i>	2003
14	Natural	<i>Wulingyuan Scenic and Historic Interest Area</i>	1992
15	Natural	<i>Xinjiang Tianshan</i>	2013

16	Misto	<i>Mount Emei Scenic Area, including Leshan Giant Buddha Scenic Area</i>	1996
17	Misto	<i>Mount Huangshan</i>	1990
18	Misto	<i>Mount Taishan</i>	1987
19	Misto	<i>Mount Wuyi</i>	1999

Fonte: obtida da *Lista* do CPM (2025)

Os bens naturais na China estão, predominantemente, concentrados ao longo das principais bacias hidrográficas, em particular nas regiões dos rios Yangtze e Amarelo (Figura 2), onde os recursos naturais abundantes e a topografia diversificada criam um valor ecológico e geológico único. A Bacia do Yangtze, por exemplo, abrange bens incluídos na *Lista*, como o Monte Wuyi e os Três Rios Paralelos de Yunnan, que prosperam, devido à interação de solos férteis, climas variados e ecossistemas complexos sustentados por sistemas fluviais. Da mesma forma, a Bacia do Rio Amarelo apresenta locais como o Monte Taishan, onde os movimentos tectónicos e a erosão esculpiram terrenos montanhosos icónicos. A concentração de inscrições de Património Mundial nestas regiões reflete tanto a riqueza ecológica promovida pelos ambientes ribeirinhos, como a interligação de recursos hídricos, de processos geológicos e da preservação dos habitats.

Figura 2 - Mapa dos bens naturais da China (2025)



Fonte: reduzida da Plataforma de Mapas Online do CPM

O Estado chinês tem uma longa história de respeito e conservação pelos ecossistemas naturais. Desde a Antiguidade, que os imperadores chineses realizavam cerimónias de culto ao Monte Tai e a outras montanhas e rios, bem como sacrificavam a fortuna pela Natureza. Um exemplo notável de harmonia entre o ser humano e a natureza é o Sistema de Irrigação de Dujiangyan, construído no ano 256 a.C. e que permanece até hoje como símbolo de engenharia e de sustentabilidade. Nos anos 20 do século XX, a China começou a estabelecer áreas protegidas, como a Reserva Natural de Tianmushan, em Zhejiang. Na década de 1950, foi criada a primeira reserva nacional, a Reserva Natural de Dinghushan, na província de Guangdong. Nos anos de 1980, foram lançadas várias leis e regulamentos que procuravam integrar a proteção do património natural no quadro legal do país. Durante a 219.^a Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, realizada em março de 2024, em Paris, seis dos geoparques da China foram oficialmente integrados na série de Geoparques Globais da UNESCO: o Changbai Shan (província de Jilin), Longyan (em Fujian), Wugong Shan (em Jiangxi), Enshi Grand Canyon-Tenglong Cave (em Hubei), Xingyi (em Guizhou) e Linxia (em Gansu). Através desse facto, o número de geoparques mundiais na Terra passou para 47.

No entanto, a China enfrenta também desafios significativos no que diz respeito à conservação do património natural, como é o caso da pressão populacional, do desenvolvimento excessivo e das alterações climáticas. Com uma imensa população e uma urbanização muito rápida, no país existem conflitos críticos entre o desejo de continuar a expandir a industrialização e a preservação sustentável. O património natural do país está sob ameaça de perda de integridade e autenticidade.

3. Capítulo III: Os Parques de Kilimanjaro e Sanqingshan

observados sob os 5Cs

O Parque Nacional de Kilimanjaro foi cedo, em 1987, inscrito na *Lista*, enquanto o Parque de Sanqingshan entra na *Lista* como Património Mundial apenas em 2008, daí a 21 anos. Os dois sofreram processos divergentes de candidatura. Neste capítulo serão tratados os seus processos de inscrição como Património Mundial e as principais estratégias adotadas face aos 5Cs.

3.1. Os Processo de Candidatura dos Dois Parques Nacionais

Na Tanzânia, entre os patrimónios naturais de alta relevância, o Parque Nacional do Kilimanjaro destaca-se como o mais especial e único. O Monte Kilimanjaro não é apenas um excelente símbolo natural da Tanzânia, e de África, mas é também um destino de sonho para alpinistas e exploradores de todo o mundo.

Localizado no nordeste da Tanzânia, nas coordenadas aproximadas de 3° Sul e 37° Este, o Parque faz fronteira com o Quênia e tem uma área aproximada de 75.575 hectares. A área central do Parque localiza-se no Monte Kilimanjaro, cuja área abrange no total três picos vulcânicos principais, *Kibo*, *Mawenzi* e *Shira*. O Pico *Uhuru*, sendo outro dos picos de Kilimanjaro e atingindo 5895 metros de altitude, é, sem dúvida, o ponto mais alto de África, bem como um dos maiores vulcões no mundo. O cume, coberto de neve branca, ergue-se acima das planícies da savana africana, numa paisagem fantástica. O Parque Nacional de Kilimanjaro foi oficialmente estabelecido pelo governo da Tanzânia em 1973. Inscrito na *Lista* em 1987, tornou-se o primeiro Património Mundial Natural do país.

Apesar desta importância, a base de dados oficiais da UNESCO relativos à *Lista* não contempla nenhum dossier de sua candidatura. É através dos relevantes Relatórios produzidos que será possível reconstruir o respetivo processo e os detalhes da candidatura aprovada em 1987.

O órgão consultivo UICN considerou que o Parque Nacional de Kilimanjaro cumpria dois critérios de classificação: o critério (iii), "Fenómenos naturais superlativos ou beleza natural excecional", e o critério (iv), "Habitat de espécies raras ou ameaçadas". Em particular, como uma montanha coberta de neves constantes no seu cume, mas situada na zona tropical, o Kilimanjaro apresenta-se como uma paisagem e geografia única no planeta. Por outro lado, o Parque existe como bom *habitat* de diversas espécies de flora e fauna raras e endémicas, o que acentua o seu valor significativo para a biodiversidade. O Relatório da UICN conclui afirmando que "a principal característica do Kilimanjaro é a sua altitude, forma física e o seu lugar único na história da exploração e imagem de África". Na 11.^a Sessão do Comité, em 1987, o Parque foi, então, reconhecido pelo critério (iii) e inscrito na *Lista*. O critério (iv) não foi considerado pelo Comité. Hoje em dia, com os critérios atualizados, o teor do critério (iii) passou a ser expresso pelo conteúdo do critério (vii), que apresenta um texto semelhante: "Conter fenômenos naturais excecionais ou áreas de beleza natural e estética de excecional importância".

Entretanto, a candidatura do Parque a Património Mundial Natural revelou algumas deficiências no processo de preparação executado pelo Estado-parte. A UICN fez a avaliação de que "o dossier de candidatura apresentado era superficial e impreciso". Este facto teve como consequência a solicitação à própria UICN da tarefa de elaborar um novo documento, mais detalhado e preciso, que pudesse guiar os novos procedimentos de candidatura. Além disso, a UICN destacava que a área definida de proteção do Parque não abrangia a zona especial de proteção que, no caso, deveria incluir, como Reserva, as florestas circundantes. Normalmente, as zonas de Reserva funcionam como zonas-tampão do bem protegido. Este órgão consultivo do Comité recomendava, então, a expansão da área do Parque para que incluísse como Reserva o espaço em redor.

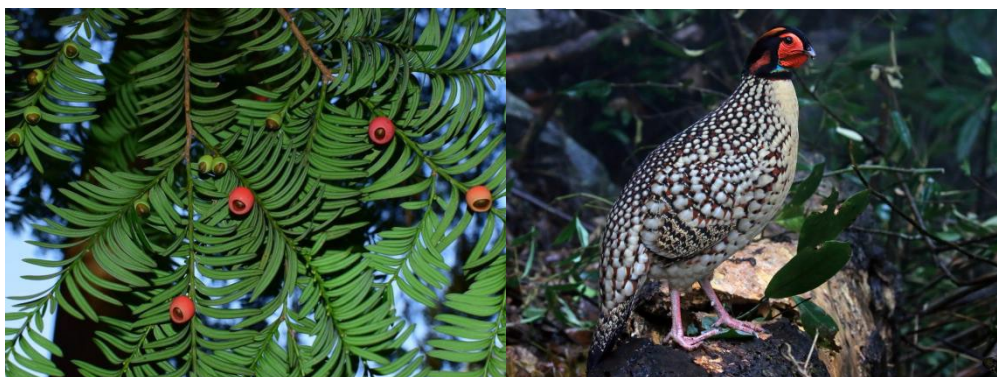
Outro problema detetado foi a desatualização do plano de gestão, que não tinha revisão há mais de uma década. A UICN recomendava que as autoridades tanzanianas reforçassem a verba destinada à gestão e alocassem mais recursos para garantir o desenvolvimento sustentável do sítio patrimonial. Como havia falta de recursos humanos para policiamento da área, a gestão tornava-se incapaz de combater a caça

furtiva, a exploração ilegal de madeira, a ocorrência frequente de incêndios florestais e a pressão turística ao longo da rota de escalada ao Monte Kilimanjaro pela cidade de Marangu. A vida selvagem, nomeadamente, de elefantes, búfalos e antílopes, sofria com as ameaças sazonais da caça furtiva nas savanas e florestas. Embora tivesse sido estendida a área de Reserva como zona-tampão do Parque, caçadores continuavam a prejudicar as florestas. Pela estimativa da IUCN, a integridade do Parque era um assunto que suscitava preocupação.

Pelo lado asiático, o Parque Nacional do Monte Sanqingshan está localizado na cidade de Shangrao, província de Jiangxi, na República Popular da China, com as coordenadas geográficas de 28° Norte e 118° Este. Com uma área total de 229,5 km², o Parque do Monte Sanqingshan tem cerca de um terço do tamanho do Parque de Kilimanjaro. O seu pico principal, Yujing Feng, atinge 1819,9 metros de altitude, apenas cerca de um quarto da altura do pico do Kilimanjaro. Em termos de dimensão, o Parque chinês é, então, significativamente menor do que o Parque tanzaniano.

O Parque Sanqingshan foi declarado Património Mundial Natural e integrado na *Lista* em 2008, com base no critério (vii): “conter fenômenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância”. O Parque é caracterizado pelas suas formações graníticas, com rochas de formas únicas, cascatas e nuvens que envolvem as montanhas. O sítio dá origem a uma paisagem geológica distinta. Além disso, o Parque apresenta uma densa vegetação e rica biodiversidade. Muitas espécies raras, como por exemplo, o *Taxus chinensis* e o tragopã-de-cabot (Figura 3), coexistem de modo harmonioso neste meio-ambiente.

Figura 3 - Imagens de *Taxus chinensis* e o tragopã-de-cabot



Fonte: Jiang Guobin¹¹, CC BY-NC 4.0; Chun Fai LO, eBird S65109548

As ações na proteção e gestão do Parque remontam a 1988, quando foi designado pelo Conselho de Estado como um dos Parques e Sítios Cénicos Nacionais da China. Em 2005, o sítio foi classificado como Geoparque Nacional pelo Ministério dos Recursos Naturais e, em 2006, foi incluído na *Lista Indicativa* pelo Ministério da Construção. A sua gestão foi consolidada através de várias leis e regulamentos locais. Destaca-se o *Regulamento de Gestão do Parque Nacional do Monte Sanqingshan da Província de Jiangxi*, elaborado em exclusivo para obviar à sua preservação. Atualmente, o Parque é famoso pelas classificações detidas como Património Mundial, Geoparque Global, e ser um dos Parques e Sítios Cénicos Nacionais da China. De modo distinto do Parque Kilimanjaro, o Monte Sanqingshan é famoso, não apenas pela sua paisagem natural, mas também pela sua longa história cultural, associada ao Taoísmo. Os seus três picos principais, Yujing Feng, Yuxu Feng e Yuhua Feng¹², simbolizam as três entidades mais importantes taoistas: Yuqing, Shangqing e Taiqing¹³. Este facto contribui para o sítio ter uma importância central e única na cultura taoista.

Em 2007, como Estado-parte da *Convenção* de 1972, a China submeteu ao Comité um mapa detalhado do bem candidato. O Parque distribuiu-se por uma área de forma compacta e redonda, com a respetiva zona-tampão envolvendo completamente a zona do Parque. O modelo de gestão proposto recebeu elogios da UICN. Em 2008, o país

¹¹ Autor de fotografia: 江国彬

¹² 玉京峰、玉虚峰、玉华峰

¹³ 玉清、上清、太清

apresentou um dossier muito volumoso, no qual a equipa responsável apresentava com suporte científico, a identidade, descrição, justificação e estado de conservação do sítio. A candidatura argumentava que o Parque satisfazia três critérios de classificação como Património Mundial Natural: critério (vii), “Conter fenómenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural única e importância estética”; critério (viii), “Representar exemplos destacados de estágios importantes da história da Terra, incluindo características geológicas ou processos geomorfológicos”; critério (ix), “Ser um exemplo excecional de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução de ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos”.

Apesar da possibilidade de poder ser reconhecido como Património Misto, o Estado-parte candidato e o órgão consultivo do Comité não destacaram o seu valor cultural taoista durante o processo de candidatura. A UICN reconheceu que o Parque de Sanqingshan revelava significativo VUE em relação ao critério (vii), pela beleza estética comparável ou superior à do Monte Huangshan. O órgão consultivo considerava menos aplicáveis ao Parque os critérios (viii) e (ix), mas sugeriu que fosse renomeado como parte de uma série de sítios semelhantes, por forma a que aparecesse melhor e mais em equilíbrio representado.

Na 32.^a Sessão do Comité, em 2008, o Parque viu aprovada a sua inscrição na *Lista*, através do critério (vii). Conforme a Decisão nº 32 COM 8B.6: “o Parque Nacional do Monte Sanqingshan exhibe uma variedade única de cumes e picos de granito florestados e de formas fantásticas, concentrados numa área relativamente pequena”. A Decisão afirma ainda que as imponentes e intrincadas formações rochosas, misturadas com a delicada cobertura florestal e combinadas com padrões climáticos em constante mudança, criam uma paisagem de beleza impressionante.

Ambos os Parques de Kilimanjaro e de Sanqingshan foram inscritos na *Lista* com base no critério (vii), que reconhece fenómenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural única. No entanto, os seus processos de candidatura foram bastante distintos. O Parque Nacional do Kilimanjaro foi inscrito mais cedo, tendo beneficiado de um processo de avaliação menos rigoroso, que era o existente naquela época. Apesar das

deficiências apontadas acerca da preparação do processo, como fossem a documentação incompleta e os limites inadequados da zona especial de proteção, o Parque tanzaniano foi considerado de forma positiva pelo órgão consultivo, a UICN, e pelo Comité. O Parque foi declarado, sem dúvida, como um Património Natural maravilhoso.

De modo diverso, até se chegar à inscrição do Parque Nacional de Sanqingshan como Património Mundial Natural tinham sido gastos mais de dez anos na preparação meticulosa da sua candidatura pelo Estado-parte. As autoridades nacionais chinesas tinham, conscienciosamente, levado em consideração o quadro legal e elaborado um dossier de candidatura detalhado e com um plano de gestão científico. Havia consciência de que os requisitos se tinham tornado mais rigorosos e abrangentes. Este aspeto também deixa transparecer a evolução das exigências de avaliação da UNESCO, bem como o compromisso e a eficácia de cada Estado-parte na proteção dos seus bens patrimoniais.

3.2. Dois Parques em Comparação através do enquadramento dos 5C

Os três pontos focais da análise comparativa a ser realizada na presente dissertação – administração, sustentabilidade e comunicação – de um modo geral, abrangem os princípios fundamentais do Quadro Estratégico dos 5Cs da UNESCO: Credibilidade, Conservação, Capacitação, Comunidade, Comunicação, dando prioridade às dimensões mais críticas para uma gestão holística do Património Mundial. O pilar da administração aborda tanto a Credibilidade como a Capacitação, uma vez que estruturas de governação robustas garantem a tomada de decisões transparente, a adesão às normas internacionais e a mobilização de recursos para fortalecer as competências institucionais e técnicas. O enfatizar da sustentabilidade combina as preocupações com a Conservação e a Comunidade, unindo a preservação ecológica com a equidade socioeconómica, garantindo, assim, que os locais patrimoniais permaneçam resilientes, ao mesmo tempo, que capacita as populações locais como partes interessadas ativas, em vez de beneficiários passivos. Além disso, o pilar da comunicação reflete a ênfase

dos 5C na Comunicação, mas também expande o seu papel como ferramenta transversal para promover o diálogo entre vários atores, ampliar os valores patrimoniais a nível global e mitigar os conflitos através do envolvimento inclusivo.

A estrutura comparativa que se segue, ainda que permaneça fiel aos objetivos dos 5Cs, simplifica a estratégia por eles desenhada ao destacar a governação como a espinha dorsal da credibilidade e capacidade, a sustentabilidade como o nexo central entre a conservação e o bem-estar da comunidade e a comunicação como o tecido conjuntivo que une estes elementos em dinâmicas acionáveis e sensíveis segundo o contexto. A síntese destes três pontos focais permite resultados mensuráveis acerca da proteção do património e seu benefício social, embora com sacrifício de alguma da densidade dos 5Cs.

4. Capítulo IV: Quadro Administrativo dos Parques Nacionais

Este capítulo começa pela análise do quadro administrativo do Parque Nacional de Kilimanjaro, introduzindo a TANAPA, o Conselho de Curadores, as Políticas Legistalitas, o Planeamento e os operadores turísticos em sequência. O seu modelo será comparado com o padrão administrativo do Parque de Sanqingshan, composto por um Conselho Executivo, empresas estatais, documentos legislativos e um Plano Geral e Específico. A partir destes aspetos, o fator-chave da Conservação também será abordado e comentado.

4.1. Âmbito Administrativo do Parque Kilimanjaro

Pela filosofia do *Manifesto Arusha*, o Estado tanzaniano promoveu amplamente a promulgação de leis relativas aos seus parques nacionais e o estabelecimento da Autoridade dos Parques Nacionais da Tanzânia (TANAPA). As bases fundamentais propostas tanto no discurso do presidente como no reconhecimento da necessidade de uma mão-de-obra qualificada, de dinheiro e de cooperação, orientaram o sistema de gestão do Parque Nacional de Kilimanjaro que se vê nos dias de hoje. Todos os anos, nas comemorações de abertura do Parque, o discurso de *Nyerere* e a sua perspetiva global são repetidamente homenageados, fazendo notar a visão alargada de conservação que dura há mais de meio século e que remodelou a relação simbiótica entre natureza e civilização.

4.1.1. Quadro Legislativo: *Policies*

Oficialmente, o Parque Nacional de Kilimanjaro foi estabelecido em 1973, pelo *Aviso Governamental n.º 50*, de 16 de março do mesmo ano, de acordo com a *National Parks Act*, Capítulo n.º 412, de 1959. Em 2005, os limites de demarcação do Parque foram ajustados pela inclusão da Reserva Florestal de Kilimanjaro, através do *Government Notice n.º 278*, de 2005 (Ciclo 3 de *Relatórios Periódicos*, 2021: 1). No entanto, para além destas medidas legislativas, não existem outras leis ou regulamentos em exclusivo destinados ao Parque de Kilimanjaro. Neste Parque aplicam-se de modo uniforme as leis

que servem o conjunto dos outros parques nacionais. Estes recebem o mais alto nível de proteção que pode ser atribuído aos recursos naturais na Tanzânia (TANAPA, 2019). O documento legal, *National Policies for National Parks in Tanzania*, de 1994, estabeleceu o quadro fundamental de orientação para priorizar a conservação da biodiversidade, o turismo sustentável e o envolvimento das comunidades das áreas protegidas. Estas políticas enfatizavam a necessidade de integrar a preservação ecológica com os benefícios socioeconómicos para as comunidades locais, preparando o terreno para os desenvolvimentos legislativos posteriores.

Assim, em 2002, o *National Parks Act* (Capítulo 282) passa a reger o estabelecimento, administração e proteção dos parques nacionais na Tanzânia. Institui e define a autoridade responsável, a *Tanzania National Parks* (TANAPA), organismo destinado a assegurar a necessária conservação dos recursos naturais e culturais nos seus parques nacionais. O *Forest Act*, de 2002, define o que se entende por recursos florestais, os direitos de utilização florestal e as ações proibidas, como seja a desflorestação ilegal. Esta lei promove a gestão florestal comunitária e preocupa-se em manter o equilíbrio entre a ecologia e a biodiversidade. Segue-se o *Environmental Management Act*, de 2004/2005, que fornece um quadro legislativo visando a coordenação das políticas ambientais e de gestão de recurso múltiplos. O seu grande objetivo é a prevenção da degradação ecológica pela instituição da prática de avaliações de impacto ambiental dos projetos a realizar e pela definição de padrões sustentáveis. Em 2009, o *Wildlife Conservation Act n.º 5* protege a vida selvagem e os seus *habitats* através do combate à caça furtiva, do estabelecimento de áreas protegidas de vida selvagem e da promoção da utilização sustentável do território através da gestão das espécies e da participação das comunidades.

Do conjunto de leis acabadas de referir, vale a pena analisar com mais cuidado o documento legal de 1994. Este documento, *National Policies for National Parks in Tanzania* (doravante designado por *Policies*) tem uma estrutura relativamente abrangente e completa. Começa com princípios fundamentais e progride para orientações operacionais detalhadas. Abre com um preâmbulo que estabelece a sua base filosófica, enfatizando alguns valores fundamentais, como a interdependência

entre o ser humano e a natureza, o valor intrínseco dos parques como referências para a biodiversidade e a necessidade de equilibrar a preservação com o uso sustentável. Segue-se uma secção clara sobre o mandato e o propósito que articula os objetivos da preservação dos recursos naturais e culturais na Tanzânia, visando garantir, ao mesmo tempo, o benefício público e a equidade intergeracional. *Policies* fornece metas e medidas concisas acerca das seguintes áreas principais: planeamento, gestão de recursos, turismo e ética. O documento de *Policies* faz depois a transição para uma exploração sistemática de temas específicos em diferentes capítulos, cada um abordando aspetos críticos da gestão dos parques. Por exemplo, o primeiro capítulo contextualiza as políticas dentro do quadro histórico e jurídico da Tanzânia, referenciando o *Manifesto Arusha* e a legislação existente. Os capítulos subsequentes abordam questões técnicas e operacionais, como o planeamento de sistemas, a gestão de recursos naturais e culturais, a preservação de áreas selvagens, o envolvimento do público, a regulamentação do turismo e a aplicação da lei. Cada capítulo está subdividido em secções que aprofundam detalhes processuais, tais como os critérios para a criação de novos parques, estratégias de zonamento, avaliações de impacto ambiental e mecanismos de partilha de benefícios com a comunidade.

Policies reflete, portanto, um enquadramento holístico e científico. Integra considerações ecológicas, culturais e socioeconómicas. Tenta equilibrar as diretrizes prescritivas, como as proibições de caça e de povoamento, com estratégias de gestão adaptativa, como o zonamento baseado em "limites de utilização aceitável", em vez da definição rigorosa de capacidades de carga. Este trabalho jurídico demonstra também a crescente consciencialização sobre a importância da coordenação regional, da interdisciplinaridade na colaboração entre planeadores, cientistas e comunidades locais. Além disso, também demonstra que mantém contacto com os padrões globais de conservação ao incorporar designações como Reservas da Biosfera e Património Mundial.

Contudo, o documento de *Policies* foi estabelecido em março de 1994. É, portanto, uma Lei com mais de 30 anos, que não sofreu qualquer atualização nem viu publicada qualquer versão revista ou complementar. Este facto resulta, pelo menos, em alguns

aspectos limitadores: informação coletada antiga, lacunas de implementação e particularidades inaplicáveis.

A primeira limitação a referir do *Policies* de 1994 é a informação desatualizada. O documento refere que um recurso "mantém elevado grau de integridade quando se mantém como um exemplo verdadeiro, preciso e relativamente intocado" (*Policies*, 1994: 18), o que reflete uma interpretação restritiva da noção de autenticidade, enraizada na preservação física e em noções estáticas de originalidade. Ignora, portanto, a compreensão mais recente da autenticidade como articulada no Documento de Nara sobre a Autenticidade, produzido no mesmo ano, que enfatiza o pluralismo cultural e as avaliações dependentes do respetivo contexto. Pelo Documento de Nara, a autenticidade não pode ser reduzida apenas à integridade material ou à precisão histórica, mas deve ter em conta diversas perspetivas culturais, valores intangíveis e significados sociais dinâmicos ligados à herança cultural. No mundo globalizado de hoje, onde o património é cada vez mais reconhecido como uma entidade viva e adaptável, moldada por diversas partes interessadas, o foco da política na integridade "intocada" corre o risco de marginalizar comunidades, cujas ligações aos recursos podem depender de dimensões funcionais, espirituais ou simbólicas, em vez da sua estrita preservação física.

A sua outra limitação é a lacuna em termos de implementação real. Muitos compromissos políticos são difíceis de ser transpostos em realidades. Por exemplo, uma das suas diretrizes aconselha a estabelecer bases de dados abrangentes sobre os parques nacionais (*Policies*, 1994: 7), mas não há dados acessíveis relativos aos anos anteriores e até 2025. Apesar do National Bureau of Statistics Tanzania estabelecer escritórios, nominalmente regionais, destinados a fazer a cobertura de parques como os de Arusha, Kilimanjaro e Morogoro, as bases de dados prometidas continuam incapazes de recolher ou divulgar dados relacionados com esses parques, que não estão acessíveis nem para o público em geral, nem mesmo para as partes interessadas. A ênfase de *Policies* na necessidade de criação de bases de dados pode demonstrar grande visão para determinada época, mas torna-a obsoleta a sua incapacidade de se adaptar aos avanços na infraestrutura digital, às plataformas de dados abertos e aos modelos de

governança participativa. No entanto, a conservação moderna exige exatamente interoperabilidade entre conjuntos de dados, integração de conhecimento ecológico tradicional e plataformas que permitam contribuições dinâmicas e colaborativas.

Para além disso, o documento de *Policies* de 1994, embora abrangente nos seus amplos objetivos de conservação, sofre de uma crítica falta de especificidade e de adaptabilidade. Alguns problemas e crises atuais, assim como medidas úteis para os combater, não são consideradas no *Policies*. Por exemplo, nem é referido o degelo acelerado das camadas de neve do Kilimanjaro, um fenómeno provocado pelas alterações climáticas e agravado pela desflorestação e pelas alterações no uso da terra. O degelo do Kilimanjaro exige, não só o restauro do equilíbrio ecológico, mas também a colaboração intersectorial com as autoridades de gestão da água, as partes interessadas no turismo e as comunidades locais, todas elas ações fora do âmbito restrito da preservação focada no *Policies*. Sem legislação específica para as necessidades particulares de cada parque nacional, como iniciativas de reflorestação para o Kilimanjaro, o trabalho de conservação permanece fraco e fragmentado, não integrado num enquadramento jurídico permanente.

4.1.2. TANAPA e o Plano Geral de Gestão

O *Aviso Governamental n.º 478*, de 1962, e a *Secção 8 da Lei n.º 14*, de 1975, estabelecem a constituição de um Conselho de Curadores¹⁴ para reger os Parques Nacionais da Tanzânia. Trata-se de um órgão de estatuto corporativo que funciona em sucessão perpétua e identidade legal sob o nome oficial de Curadores dos Parques Nacionais da Tanzânia. Dotado de plena capacidade jurídica, o Conselho de Curadores pode iniciar ou enfrentar processos judiciais, embora as transações que envolvam bens imóveis exijam aprovação prévia do Ministro para que se alinhem com as prioridades nacionais (*National Parks Act* - Capítulo nº 282, 2002: 6-7).

A TANAPA faz parte da administração central do país e é supervisionada pelo Ministério dos Recursos Naturais e Turismo (Ciclo 1 de *Relatórios Periódicos* - Secção II, 2001: 6-9).

¹⁴ Board of Trustees

Os pedidos da TANAPA devem primeiro ter aprovação do Conselho de Curadores e, depois, do departamento relevante. Até 2019, a TANAPA geria 21 parques nacionais, entre os quais se encontrava o Parque Nacional do Kilimanjaro (TANAPA, 2019). Embora tenham sido incluídos novos parques nacionais nos últimos seis 6 anos, a TANAPA nem sequer realiza atualizações do seu sítio oficial.

O quadro de pessoal da TANAPA é liderado pelo Comissário da Conservação. Embora o número exato de funcionários não esteja especificado, a liderança sénior compreende sete cargos principais: um comissário, dois adjuntos e quatro comissários de zona. O comissário tem como função supervisionar a administração geral dos parques nacionais e a sua direção estratégica. A apoiar esta função estão os dois comissários adjuntos de conservação, um, que estará focado na conservação e desenvolvimento de negócios e, o outro, que é responsável pelos serviços corporativos. A TANAPA descentraliza ainda mais as suas operações através dos quatro comissários seniores de conservação de zona, cada um gerindo regiões geográficas distintas: um sénior para a Zona Leste, outro para a Zona Sul, um outro para a Zona Norte e mais um para a Zona Oeste. As atualizações na liderança parecem periódicas, mas irregulares, devido a mudanças administrativas, em vez de trocas por mandatos de duração fixa (TANAPA, 2025).

Em simultâneo, qualquer parque nacional é operado ao abrigo de um *Plano Geral de Gestão* (PGG). Este está dividido em quatro partes principais, nomeadamente: Ecossistema, Turismo, Promoção e Projeto de Operações do Parque (TANAPA, 2020: 8), identificando os objetivos da gestão para um período de dez anos. A elaboração de um PGG depende da existência de dados sólidos sobre os recursos disponíveis, de equipas interdisciplinares e da definição de estratégias de zonamento para indicar limites de utilização aceitáveis, ajustes de limites e planos de implementação de tecnologia. Os planos operacionais anuais garantem o alinhamento com os objetivos mais abrangentes do PGG. Este trabalha em estreita colaboração com a entidade que procede à Avaliação do Impacto Ambiental (AIA).

Todos os parques nacionais têm um Plano de Gestão Geral que tem associada uma Avaliação de Impacto Ambiental (PGG/AIA) aprovada. O planeamento dos parques nacionais centra-se na definição das condições desejáveis a alcançar, que estabelecem

os "limites de utilização aceitável", e não a quantidade de utilização absoluta que o parque poderá tolerar, referida como "capacidade de carga". O PGG é feito a cada 10 anos, e revisto para se estabelecerem indicadores claros que auxiliem a avaliação dos efeitos dos objetivos e das atividades propostas (Ciclo 1 de *Relatórios Periódicos*, 2001: 12,16).

No caso de Parque Nacional de Kilimanjaro, o quadro de pessoal consiste em um Chefe, desempenhando as funções de gestor operacional principal, responsável pela administração diária do Parque, pela proteção da vida selvagem, pela coordenação do turismo e pela ligação à comunidade. Desde 1973, esta função foi ocupada por 17 pessoas, cujos mandatos variaram entre alguns meses e mais de uma década de duração. Nos primeiros anos, o chefe mudou com frequência, tendo havido entre 1973 e 1984 cinco chefes consecutivos. A função torna-se mais estável nos anos posteriores. O mandato mais longo foi no período de 2001 a 2012. A atual chefe do Parque é uma mulher, a camarada Angela, que ocupa o cargo desde 2019, confirmando a tendência recente para nomeações mais longas. (TANAPA, 2023: 48).

Os recursos humanos dentro do Parque de Kilimanjaro abrangem ainda guardas-florestais, ecologistas, contabilistas e pessoal administrativo, cada um desempenhando funções específicas, desde as operações diárias de conservação no Parque até à monitorização ecológica e à gestão financeira (Ciclo 1 de *Relatórios Periódicos*, 2001: 14). São 156 os funcionários sob a alçada do Chefe do Parque, entre os quais um Guarda-Sênior e dois Guardas (WCMC, 2011: 5).

No PGG do Parque Kilimanjaro, elaborado em 1993, foram descritos diversos ajustes de limites e estratégias para proteção da terra: inclusão da Reserva florestal no território do Parque Nacional do Kilimanjaro, iniciação de um Plano Integrado de Conservação Regional para diminuir a dependência da comunidade local em relação aos recursos florestais da montanha, registo do Lago Chala como fazendo parte do Parque Nacional do Kilimanjaro; e reafirmação da plena implementação dos estatutos do Conselho Distrital de Mounduli, por forma a proporcionar uma proteção completa ao Corredor de Migração do Norte do Kilimanjaro (WCMC, 2011: 5). O Plano reconheceu e

resolveu assuntos urgentes e importantes do Parque de Kilimanjaro, sendo eficaz e aperfeiçoado.

4.1.3. Operadores no Parque Kilimanjaro

O modelo turístico adotado para o Parque Kilimanjaro é relativamente maduro, apresentando equilíbrio entre a viabilidade comercial e a sustentabilidade. Por um lado, garante aos turistas segurança e viagens com razoável conforto e, por outro lado, consegue assegurar a sustentabilidade e os meios de subsistência dos residentes locais. Desde 1991 que a Tanzânia coloca a exigência dos alpinistas serem acompanhados por um guia como garante de segurança e como controlador da perigosidade do evento. Na escalada ao Kilimanjaro, cada guia é obrigatoriamente certificado para poder acompanhar turistas alpinistas.

Desde 2003, uma organização não-governamental dedicada a promover o *trekking* responsável, *Kilimanjaro Responsible Trekking Organization*, desenvolveu também o *Kilimanjaro Porters Assistance Project*, pelo qual impõe práticas laborais éticas para as equipas de carregadores que auxiliam os turistas nas escaladas. A estes trabalhadores são atribuídos salários justos, bem como normas de equipamento e monitorização do seu bem-estar.

Ao Parque de Kilimanjaro são bem-vindos operadores turísticos locais e internacionais. De acordo com as estatísticas atuais, no Parque Kilimanjaro estão registadas legalmente, pelo menos, 49 empresas locais, dedicadas principalmente ao negócio do montanhismo no Monte Kilimanjaro (International Mountain Explorers Connection, 2025). Há igualmente algumas empresas tanzanianas e internacionais, envolvidas no negócio de Kilimanjaro, como as empresas domésticas *Sababu Safaris* e *Nature Discovery*, ou como a empresa belga *Wild Tanzania*, a dinamarquesa *Tanzania Tours* ou as neozelandesas *Explore Tanzania* e *Tanzania Specialist B.V.* O operador turístico local *Altezza Travel* é um bom exemplo para ilustrar a importância destes agentes na criação de empregos. Só o *Altezza Travel* recebe mais de 4500 alpinistas e organiza mais de 800 expedições por ano. Dos seus mais de 260 empregados, integrando quer as suas equipas de escritório, quer as de terreno, 99 por cento são nacionais da Tanzânia. E nas suas equipas de apoio

ao montanhismo há mais de 3 mil de profissionais nas equipas alpinistas (Altezza Travel, 2025).

De um modo constante, os produtos turísticos de Kilimanjaro são cuidadosamente desenhados (Figura 4). Trata-se oito rotas clássicas para escalar o Monte: as rotas de Machame, Lemosho, Marangu, Rongai, Umbwe, Circuito Norte, Kilema e Praia ocidental. Rotas fáceis, como as de Lemosho e Rongai, destinam-se a alpinistas novos e as rotas desafiadoras, como as de Marangu e Umbwe, ficam à espera de peritos e profissionais.

Figura 4 - Mapa das principais rotas até o cume do Monte Kilimanjaro



Fonte: Agência *Africando*¹⁵

Muitas rotas combinam pontos turísticos vizinhos, desde excursões culturais, de dois a quatro dias, a expedições mais longas, de oito a doze dias, organizadas de modo a poderem combinar quer escaladas ao cume, quer safaris para observação da vida selvagem, quer ainda formas de recreação nas zonas do litoral. A título de exemplo, é frequente uma viagem, de média a longa duração, combinar aventura com relaxamento, incluindo experiências curtas de montanhismo no Serengeti, Kilimanjaro ou visita a Zanzibar.

¹⁵ <https://africando.pt/>

Além disso, a pandemia Covid-19 em 2020 provocou dificuldades evidentes ao turismo de Kilimanjaro. A estratégia de recuperação pós-Covid-19 considerada pelo *Tanzania National Bureau of Statistics* centra-se no estabelecimento de parcerias público-privadas, como forma de fortalecer as infraestruturas necessários ao turismo, e no marketing turístico, dando prioridade aos turismos de aventura, ecoturismo, de imersão cultural e ainda ao turismo de congresso e turismo de convenção (Tanzania National Bureau of Statistics, 2023: 51). Perante desafios novos, os órgãos responsáveis têm-se esforçado por reagir e ultrapassar os dilemas.

4.2. Âmbito Administrativo do Parque de Sanqingshan

O Parque Nacional do Sanqingshan é normalmente designado em termos locais como a Área Cénica de Sanqingshan. O seu modelo de gestão tem vindo a ser alterado ao longo dos últimos 40 anos.

A Administração da Área Cénica de Sanqingshan¹⁶ começou por ser estabelecida em 1984 e manteve-se durante doze anos. Em 1996, essa Administração foi substituída pelo Conselho Administrativo da Área Cénica de Sanqingshan¹⁷ (designado doravante por Conselho Administrativo). Em 2006, no Conselho Administrativo agora em ação foi aprovado o *Regulamento para Administração da Área Cénica de Sanqingshan da Província de Jiangxi*¹⁸ (designado doravante por *Regulamento*). De acordo com esse documento, o Conselho Administrativo representa o governo municipal e exerce as funções de direção, administração e licenciamento na Área Cénica de Sanqingshan. Na área deste Parque Nacional opera a empresa estatal Grupo de Desenvolvimento da Indústria Turística de Sanqingshan Co., Ltd¹⁹. A empresa administra os escritórios de Sanqing Xiang e de Fenglin, 15 aldeias e mais de 21500 residentes das comunidades locais (Área Cénica de Sanqingshan, 2017).

¹⁶ 管理局

¹⁷ 三清山管委会

¹⁸ 《江西省三清山风景名胜区管理条例》

¹⁹ 三清山旅游产业发展集团有限公司

Nas últimas duas décadas, a Área Cénica de Sanqingshan é legalmente protegida pelo *Regulamento*, gerida pelo Conselho Administrativo e procura-se que seja desenvolvida em termos económicos pelas empresas exclusivas ou parcialmente estatais. Na Área Cénica está implementado o modelo de "Conselho Administrativo + Empreendimento" que traduz a tendência atualmente existente no país. Sob esse modelo, o Monte de Sanqingshan deverá passar passo a passo para um novo modelo de Comité Administrativo, cujas funções principais serão auxiliadas por mais empresas estatais e privadas (*Jiangxi Daily*, 2022).

4.2.1. Quadro Legislativo: Regulamento

As delimitações geográficas do Parque de Sanqingshan são determinadas pelo *Plano Geral da Área Cénica de Sanqingshan* (Plano Geral) ²⁰, documento autorizado pelo Conselho de Estado. Esse Plano Geral indica os pontos turísticos mais valiosos da área. Há também um *Plano Específico da Área Cénica de Sanqingshan* (Plano Específico)²¹, igualmente autorizado pelo Conselho de Estado²², que, em concordância com o *Plano Geral*, faz a seleção dos locais e dos respetivos desenhos das infraestruturas, instalações turísticas e culturais a construir, bem como de outros projetos. Os dois Planos definem as bases das políticas de proteção, utilização e gestão do Parque Nacional de Sanqingshan.

O *Plano Geral da Área Cénica de Sanqing (2005-2020)*²³, por exemplo, demonstra uma abordagem abrangente e multidimensional ao desenvolvimento regional, caracterizada por uma ampla colaboração interdepartamental, amplo âmbito e intensidade significativa do projeto. O Plano envolve esforços coordenados entre vários organismos governamentais, desde os Departamentos de Planeamento, Turismo, Florestal, Proteção Ambiental, Transportes, Terras e Recursos, até ao homólogo de Desenvolvimento Social. Cada Departamento contribui com responsabilidades especializadas, tais como a recolha de dados estatísticos sobre turismo e monitorização

²⁰ 《三清山风景名胜区总体规划》

²¹ 《三清山风景名胜区详细规划》

²² 国务院

²³ 《三清山风景名胜区总体规划（2005-2020）》

ambiental, a formulação de políticas relacionadas com regulamentos de utilização do solo e gestão de incêndios florestais ou o desenvolvimento de infraestruturas, tais como redes rodoviárias e estações de tratamento de resíduos (Open Platform for Government Information of Shangrao²⁴, 2018).

Com integração sistémica, entre 2005 e 2020, este Plano Geral procurou equilibrar as necessidades operacionais imediatas com uma visão estratégica de longo prazo. Incluiu avaliações do desempenho passado, bem como as progressivas metas socioeconómicas do 13.º Plano Quinquenal, e também iniciativas orientadas para o futuro, como a proposta de projetos de turismo e melhorias no sistema de distribuição de água. Ao integrar dados intersectoriais, o Plano Geral exemplifica uma estrutura equilibrada e colaborativa que visa alcançar um crescimento sustentável e, ao mesmo tempo, proteger o património natural e cultural em Sanqingshan.

Desde que foi aprovado em 2006, o *Regulamento* foi revisto duas vezes, em 2010 e 2018. O documento define, de forma clara e concisa, o âmbito do Parque, as responsabilidades de cada entidade, os princípios de proteção, as atividades proibidas e a classificação dos recursos turísticos. De acordo com a última versão do *Regulamento*, as diversas responsabilidades relativas à Área Cénica de Sanqingshan estão divididas por entidades relacionadas. O Governo da Província de Jiangxi é responsável por formular medidas para a sua gestão. O Departamento de habitação e desenvolvimento urbano-rural do governo provincial²⁵ assume o cargo de supervisionar e incentivar o trabalho do Conselho Administrativo. O Governo Municipal tem poder sobre o Conselho Administrativo, em questões de orientação e penalizações. O Conselho Administrativo implementa as medidas de gestão definidas pelo Governo Provincial. Os operadores turísticos dentro da Área Cénica devem seguir as normas estabelecidas e pagar os respetivos impostos. Os residentes locais e os turistas não devem danificar nem o ambiente, nem as instalações.

²⁴ 上饶市人民政府信息公开平台

²⁵ 省政府住房城乡建设主管部门

O *Regulamento* formula quatro princípios de proteção: o planeamento científico, a gestão unificada, a proteção rigorosa e a utilização sustentável. A extensão, altura, volume, forma e cores dos projetos arquitetónicos na área do Parque devem ser coordenados com as características identificadas como características da Área Cénica. As instalações existentes que poluam o ambiente ou prejudiquem a paisagem deverão ser removidas dentro de certo prazo. Os operadores turísticos e empresariais que atuam na Área devem tomar medidas eficazes para proteger montes, águas, vegetação florestal, pontos turísticos, sítios históricos, relíquias geológicas, entre outros.

O *Regulamento* subdivide o Parque Nacional de Sanqingshan em áreas protegidas especiais de nível 1, nível 2 e nível 3, conforme o seu valor paisagístico e necessidades de proteção. São rigorosamente listadas as atividades que violam cada nível de proteção especial:

Tabela 3 - Atividades proibidas e não autorizadas na Área Cénica de Sanqingshan (2016)

Nº	Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
1	Construções de qualquer tipo em zonas de desenvolvimento;	x	x	x
2	Construção de instalações para armazenamento de substâncias explosivas, inflamáveis, radioativas, tóxicas e corrosivas;	x	x	x
3	Atividades que danificam a paisagem, vegetação e topografia, como a exploração de pedreiras, exploração mineira, recuperação de terrenos, construção de túmulos e monumentos e exploração de areia nos rios	x	x	x
4	Desflorestação, queima para cultivo, caça de animais selvagens;	x	x	x
5	Deteriorar, desfigurar, trepar, pregar ou danificar de outra forma semelhante a paisagem e as instalações;	x	x	x

6	Descartar resíduos sem tratamento adequado;	x	x	x
7	Descarregar águas residuais nos rios ou outras nascentes de água;	x	x	x
8	Fazer piqueniques ou outras atividades ilegais, como fogo, em locais não permitidos;	x	x	x
9	Construir alojamentos, centros de formação e receção, sanatórios, entretenimento, etc;	x	x	
10	Construir instalações de engenharia não relacionadas com eventos turísticos;	x	x	
11	Fumar, queimar incenso, acender velas ou lançar fogo de artifício em áreas não permitidas;	x	x	
12	Construir instalações não relacionadas com a proteção dos recursos paisagísticos;	x		
13	Disponibilizar camas de alojamento para turistas;	x		
14	Praticar agricultura e desflorestação;	x		
15	Usar veículos a motor;	x		
16	Observação: os operadores de alojamento existentes em zona protegida nível 1 devem reduzir pouco a pouco o número de camas e realocá-las em áreas com outro nível de proteção, no prazo de três anos desde a data do presente <i>Regulamento</i> em vigor.	x		

Fonte: compilação de acordo com o *Regulamento*

Portanto, o *Regulamento* trabalha como o documento legal fundamental e é usado em exclusivo para o Parque Nacional de Sanqingshan. O *Regulamento* exige que os operadores turísticos trabalhem de acordo com a lei e garantam a segurança e os direitos dos turistas. Além disso, o documento também incentiva a participação pública na proteção, investigação científica e atividades culturais relativas ao Parque. De forma

bastante evidente procura assegurar um equilíbrio entre a proteção ecológica e o desenvolvimento turístico na Área Cénica de Sanqingshan.

4.2.2. O Conselho Administrativo do Parque Sanqingshan

Conforme o *Regulamento*, como órgão oficial e principal responsável pela Área Cénica de Sanqingshan, o Conselho Administrativo de Sanqingshan tem a seu cargo a implementação dos *Planos Geral e Específico*, a organização da investigação científica realizada, a avaliação e motorização dos diversos recursos do Parque de Sanqingshan.

O Conselho Administrativo de Sanqingshan tem 26 departamentos e gabinetes, abrangentes de todos os campos de ação do Parque, como organização, publicidade, turismo, finanças, proteção ambiental, planeamento, silvicultura, desenvolvimento económico, desenvolvimento social, política e direito, aplicação abrangente da lei, gestão do património, recursos humanos, segurança na produção, informatização, planeamento populacional e familiar, construção e mercado imobiliário. Além disso, assegura o funcionamento de onze Postos de Segurança Pública de Trânsito e Bombeiros, distribuídos pelo Monte Sanqingshan, que também fornecem segurança e serviços públicos. Ao Conselho estão subordinadas as atividades das aldeias, hospitais, escolas ou outras unidades (Área Cénica de Sanqingshan, 2017).

O Conselho tem desempenhado funções muito diversas. Atualmente conta com 306 funcionários, dos quais 15 são quadros de nível distrital, 90 quadros de nível setorial, 90 funcionários administrativos e 216 funcionários profissionais. O quadro de pessoal parece ser razoável, mas a distribuição dos funcionários é relativamente redundante (Área Cénica de Sanqingshan, 2017).

Em particular, o Conselho é responsável pela administração das infraestruturas e equipamentos públicos relacionados com o turismo. Coordena o trabalho das entidades relevantes dentro da Área Cénica e garante o sistema de segurança. Também reforça eventos educativos e é responsável por colocar as indicações de segurança e as placas de aviso no território. Procura controlar os incêndios no Parque e restringir cuidadosamente os atos que danifiquem os recursos naturais. Supervisiona o

saneamento ambiental e a higiene, tendo o exclusivo da condução e estacionamento de veículos.

O trabalho do Conselho realiza-se em grande parte sob a forma de reuniões temáticas, atividades temáticas e relatórios periódicos. O Conselho realiza regularmente reuniões sobre segurança na produção alimentar, prevenção e supervisão de incêndios florestais, bem como conferências de desenvolvimento de alta qualidade (Notícias de Sanqingshan, 2024). Em paralelo, o Conselho organiza várias atividades culturais e educativas. Nos últimos anos, tem definido os conteúdos de um "evento por mês e do tema por estação". Realiza festivais temáticos como o Concerto moderno da Juventude, evento que inclui um sorteio, dito *Oferecerei um carro à Deusa*, e a corrida dita *Corta-Mato nas Nuvens*. Foi o anfitrião da 11^a Competição Internacional de Ciclismo do Lago Poyang, *China Sports Lottery Sava Cup*, em 2023, no qual os atletas de mais de 30 países e regiões puderam apreciar a bela paisagem da Montanha Sanqingshan enquanto pedalaram. O líder do Conselho Administrativo, Ge Jian, enfatiza que, através das diversas atividades realizadas, “promovemos a fama e a influência do Sanqingshan, recebemos mais turistas e tornamo-los apaixonados por Sanqingshan” (Cultura e Turismo de Shangrao, 2024). A 11 de março de 2025, no dia anterior ao Dia da Árvore na China, os dirigentes do Conselho visitaram a aldeia de Fenglinxiang, perto da Área Cénica, e participaram em atividades voluntárias de plantação de árvores com os habitantes locais. Através desta ação, pretenderam transmitir o conceito sustentável de “águas e montanhas verdes são mesmo ouro e prata” (Notícias de Sanqingshan, 2025).

O Conselho Administrativo presta, portanto, atenção tanto à gestão ordinária como à divulgação especial do Parque. Promovendo medidas como a educação anticorrupção, a supervisão financeira e a deteção de perigos ocultos, este organismo garante o funcionamento seguro e estável da Área Cénica de Sanqingshan, sempre na esperança de lhe assegurar um melhor futuro.

4.2.3. Empresas estatais no Parque de Sanqingshan

De acordo com o *Regulamento*, todas as entidades atuantes na Área Cénica de Sanqingshan, com exceção dos respetivos negócios liderados pelos departamentos

superiores competentes, devem obedecer ao planeamento e à gestão propostos pelo Conselho Administrativo. Portanto, os projetos das empresas estatais também precisam ser revistos e aprovados pelo Conselho Administrativo.

O Grupo de Desenvolvimento da Indústria Turística de Sanqingshan Co., Ltd.²⁶ (designado doravante como Grupo Sanqingshan) é uma empresa estatal de serviços abrangentes, que foi criada em maio de 2000 e se localiza no Serviço de Jinsha da Área Cénica de Sanqingshan. O Grupo Sanqingshan presta serviços sobretudo na construção de imóveis para fins turísticos. As ações do Grupo Sanqingshan demonstram ser hierárquicas e controladas por entidades de poderes superiores, o que é partilhado em conjunto com outra empresa estatal do município Shangrao e com o Conselho Administrativo. Em particular, o Grupo de Desenvolvimento Agrícola, Cultural e Turístico desta empresa estatal, detém uma participação de 51% de capital, e o Conselho Administrativo com a participação de 49% do capital (National Enterprise Credit Information Publicity System²⁷, 2025).

O Grupo Sanqingshan é a principal entidade na Área Cénica e, como tal, gere os empreendimentos-chaves e controla vários operadores turísticos através da sua estrutura multinível de ação. Esta empresa estatal, maior que as outras empresas localizadas em Sanqingshan, está sujeito à supervisão e orientação do Conselho Administrativo. O Grupo Sanqingshan detém, por baixo, participações maioritárias em 16 empresas estatais. E detém também participações parciais noutras empresas privadas. Por outras palavras, o Grupo Sanqingshan controla muitos dos negócios essenciais do Parque Sanqingshan, o que lhe permite deter o capital social para entrar em negócios de interesse menos central para o Parque.

Shangrao Sanqingshan Wisdom Tourism Co., Ltd.²⁸ (Wisdom Tourism), controlada totalmente por capital estatal, é a principal responsável pela integração da bilheteira, comércio eletrónico, canais televisivos, serviço ao cliente, marketing e outras funções

²⁶ 三清山旅游产业发展集团有限公司

²⁷ 国家企业信用信息公示系统（中国）

²⁸ 上饶市三清山智慧旅游有限责任公司

específicas da Área Cénica. A Wisdom Tourism serve de plataforma ao turismo inteligente de Sanqingshan, assumindo cargos específicos na plataforma de turismo conveniente e digital da Área Cénica (National Enterprise Credit Information Publicity System, 2025).

4.3. Síntese Quanto à Administração dos Dois Parques

O Parque Nacional do Kilimanjaro e o Parque Nacional de Sanqingshan partilham semelhanças nas suas abordagens de gestão. Ambos se baseiam em estruturas legislativas extensas: Kilimanjaro é regido pelas *National Policies for National Parks in Tanzania*; Sanqingshan é regido pelo *Regulamento*, cuja última revisão data de 2018 e define um sistema de planeamento hierárquico. Em cada um dos casos há órgãos administrativos designados, a TANAPA para o Parque de Kilimanjaro e o Conselho Administrativo para o Parque de Sanqingshan, bem como planeamentos estratégicos, como o *Plano Geral de Gestão* para o Kilimanjaro e os *Planos Geral e Específico* para Sanqingshan.

De verdade, os dois Parques acabam por apresentar muitas diferenças no âmbito da administração. Como analisado no sub-supacítulo 4.1.1, do ponto de vista legislativo, embora o documento das *Policies* fosse aplicável de forma limitada e parcial, não há uma lei exclusiva e particular para o Parque de Kilimanjaro. Esta lacuna impede-o de fazer ajustes em concordância com as necessidades da época atual. É positivo o facto do quadro de pessoal deste Parque tanzaniano ser estável, mas a impossibilidade de decisões particulares conduzirá à lacuna de falta de práticas úteis na sua administração.

Por comparação, percebe-se que o *Regulamento* serve como uma diretriz especial apenas para o Parque de Sanqingshan, apresentando um conteúdo abrangente e eficaz, com as responsabilidades claramente atribuídas e uma versão atualizada quando necessário. Aliás, o planeamento, realizado através dos *Planos Geral e Específico* para a Área Cénica de Sanqingshan, começa como um trabalho conjunto gigantesco de vários corpos associados, que colaboram na produção de informações, estratégias e

experiências úteis. Neste aspeto, a prática legislativa do Parque chinês pode ser uma boa referência que poderia ser transferida e adaptada ao caso da Tanzânia.

As estruturas institucionais também diferem. O Conselho de Curadores de Kilimanjaro opera como um órgão corporativo, de estatuto legal independente sob o nome de Curadores dos Parques Nacionais da Tanzânia; enquanto o Conselho Administrativo de Sanqingshan é uma entidade governamental. Uma divergência fundamental reside nos modelos operacionais, isto é, o Kilimanjaro integra recursos públicos e privados, alavancando a experiência do setor privado em serviços de turismo e demonstrando uma mais forte alocação de recursos orientada para o mercado, enquanto Sanqingshan depende predominantemente de empresas estatais com acesso restrito ao mercado. O Parque do Kilimanjaro emprega um modelo de parceria público-privada: o governo concentra-se nas infraestruturas, enquanto os operadores lideram o marketing e os serviços turísticos, o que reflete uma maior abertura ao mercado.

O Parque de Sanqingshan há muito que aderiu ao modelo do “Conselho Administrativo + empreendimento”, que assenta num controlo governamental rigoroso e no envolvimento limitado de capital privado. Presentemente, o caso de Kilimanjaro é um bom exemplo de parceria público-privada. O Parque de Sanqingshan pode aprender com ele e entrará em transição para uma estrutura de tipo diferente, com menor poder e mais empresas com funções mais amplas, tendo em vista aumentar a eficiência e flexibilidade no mercado turístico.

5. Capítulo V : A Sustentabilidade e a Comunicação nos Dois

Parques Nacionais

A *Agenda 2030* das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável estabelece obrigações renovadas para os Estados-parte, determinando que a implementação da Convenção esteja alinhada com os quatro pilares da sustentabilidade: integridade ambiental, desenvolvimento social inclusivo, crescimento económico equitativo e promoção da paz e da segurança. Neste contexto, a sustentabilidade ambiental abrange a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, para além da construção de resiliência

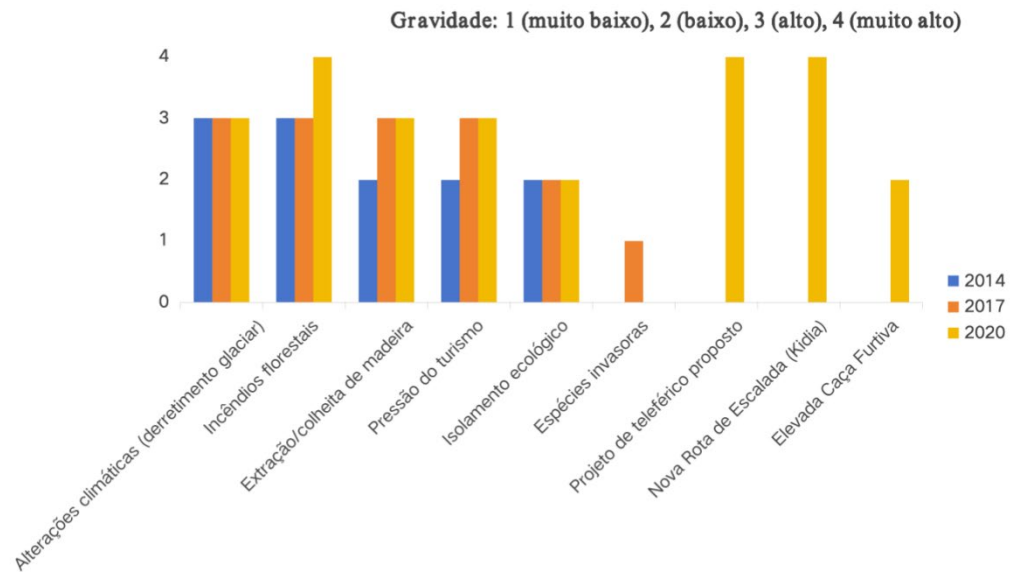
contra as alterações climáticas e as ameaças ambientais emergentes. Este pilar ramifica-se em subtemas críticos, como a adaptação climática, a redução do risco de catástrofes, a gestão de espécies invasoras e o controlo da poluição, cada um apresentando desafios distintos para a preservação do património natural.

Com foco no Parque Nacional do Kilimanjaro e no Parque Nacional do Monte Sanqingshan, este Capítulo realiza uma análise comparativa das suas trajetórias de sustentabilidade e, posteriormente, de comunicação. Embora ambos os locais partilhem algumas pressões semelhantes, como a degradação causada pelo turismo, este estudo prioriza as situações e estratégias de sustentabilidade ambiental. São feitas considerações secundárias sobre a inclusão socioeconómica, em particular sobre a forma como as comunidades locais se envolvem com os esforços de conservação e beneficiam da administração do património.

5.1. Ameaças Avaliadas à Sustentabilidade

Para contextualizar as ameaças dinâmicas que possam afetar os dois Parques, a UICN forneceu avaliações periódicas dessas perspetivas em 2014, 2017 e 2021. Pela classificação e reorganização das ameaças existentes, obtém-se os dados exibidos abaixo (Gráfico 2), onde se destacam preocupações ecológicas e socioeconómicas.

Gráfico 2 - Gravidade das ameaças ao Parque Nacional do Kilimanjaro (2014-2020)



Fonte: Panorama IUCN

Pode-se identificar as principais tendências no Gráfico acima. As alterações climáticas, em particular o recuo do glacial e as alterações na vegetação, mas também os incêndios florestais, que estão a aumentar para o grau “muito elevado” de gravidade após 2017, continuam a ser as principais ameaças persistentes. A pressão da exploração ilegal de madeira e do turismo tem-se intensificado progressivamente, de baixa para alta gravidade, ao longo dos anos. As ameaças emergentes incluem o projeto anunciado de um teleférico e de uma nova rota de escalada, como a de Kidia, ambas as propostas classificadas como de gravidade "muito alta" em 2020, já que desafiarão diretamente os valores paisagísticos do local, definidos como Património Mundial. As preocupações secundárias, mas importantes, incluem o isolamento ecológico e as espécies invasoras, que, apesar da sua menor gravidade atual, representam riscos a longo prazo para a resiliência ecológica.

A partir da avaliação geral da UICN, é essencial priorizar ações urgentes para combater as alterações climáticas, como tomar medidas para lidar com o recuo do glacial, a alteração da vegetação da zona e o aumento das temperaturas, para que se possa preservar os frágeis ecossistemas do Kilimanjaro. É muito recomendado pela IUCN o reforço da conservação florestal através da reflorestação e da proteção de espécies-

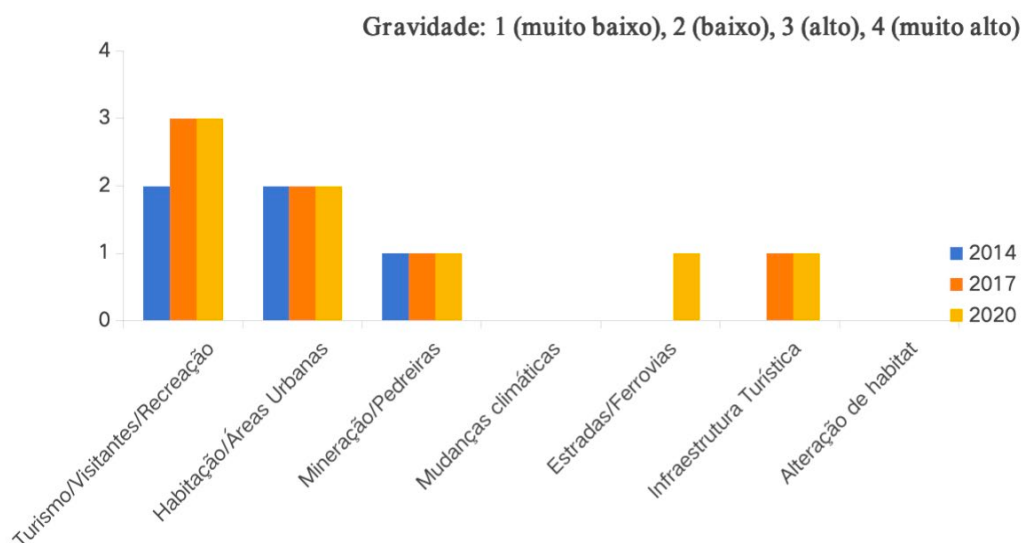
chave. Ao mesmo tempo, conter os incêndios florestais, cada vez mais graves e agravados por condições mais secas e pelas atividades humanas, exige estratégias melhoradas de prevenção e sistemas de resposta rápida. É igualmente vital restringir a expansão descontrolada das infraestruturas turísticas, como o teleférico proposto e as novas rotas de escalada, que podem destruir a integridade estética do local reconhecida pela UNESCO.

Além disso, o Parque necessita de práticas de gestão extremamente inclusivas para com as comunidades, de forma a conseguir capacitar as populações locais através de programas educativos, acerca dos meios de subsistência sustentáveis; e pela tomada de decisões participadas para garantir a resiliência ecológica a longo prazo e uma governação equitativa dos recursos. A colaboração multidisciplinar entre governos, ONGs e comunidades continua a ser fundamental para atingir os objetivos delineados.

Em termos gerais, entre 2014 e 2020, o Parque Nacional do Kilimanjaro foi avaliado consistentemente com “bom, com algumas preocupações” quanto à Perspetiva de Conservação, em virtude da sua ecologia inteiramente estável, apesar dos desafios emergentes. O estado dos seus valores naturais e culturais tinha sido avaliado como suscitando baixa preocupação, mas, entretanto, o Parque enfrentava uma tendência de deterioração, pelo declínio subtil da biodiversidade e da qualidade dos *habitats* ao longo do tempo. De qualquer modo, as ameaças gerais permaneciam categorizadas como de baixa intensidade, em grande parte devido ao turismo controlado, ao uso regulamentado do solo e à limitada atividade industrial. Os esforços de proteção e gestão foram classificados como maioritariamente eficazes, apoiados por fortes enquadramentos legais, envolvimento das comunidades e medidas de combate à caça ilegal. As vulnerabilidades no Parque, como os impactos das alterações climáticas, o recuo do glaciário e a fragmentação dos *habitats*, eram tidos como exigindo uma adaptação proactiva que garantisse a resiliência do Parque a longo prazo.

Da mesma forma, elaborou-se idêntica ilustração em relação ao Parque de Sanqingshan (Gráfico 3), através da qual se revelam as suas ameaças, em especial a do turismo e construção de habitação nas áreas urbanas.

Gráfico 3 - Gravidade das ameaças ao Parque Nacional do Sanqingshan (2014-2020)



Fonte: Panorama IUCN

O turismo surgiu como uma grande ameaça em 2017, devido ao número descontrolado de viajantes e, portanto, à aplicação ineficaz de quotas. As visitas anuais atingiram os 8 milhões e as entradas diárias ultrapassaram as 80.000 pessoas. No Relatório de 2020, o número de visitantes caiu para 1,3/1,4 milhões por ano, mas os riscos persistiam devido às melhorias realizadas nas infraestruturas, como os sistemas de turismo inteligentes. A mineração/exploração de pedreiras manteve-se como ameaça muito baixa de forma consistente, uma vez que as operações antes existentes foram descontinuadas e os locais reabilitados. As áreas habitacionais/urbanas mantiveram também o estatuto de baixa ameaça, refletindo o sucesso dos programas de reassentamento na mitigação da invasão urbana.

Entretanto, as mudanças climáticas e a alteração do *habitat* permaneceram categorizadas como dispondo de “dados deficientes” todos os anos, sendo considerado que a investigação insuficiente dificultava uma compreensão clara dos seus impactos. As estradas/ferrovias passaram da avaliação como “dados deficientes” em 2014 – 2017, para “Baixa Ameaça” em 2020, situação impulsionada por melhorias relativas ao turismo que equilibraram a acessibilidade e as preocupações ambientais.

No geral, o Parque Nacional de Sanqingshan manteve uma boa perspectiva de conservação no mesmo período, refletindo a manutenção da sua integridade ecológica e estética estável, com o estado dos seus valores de Património Mundial classificados como Bom. As ameaças gerais permaneceram baixas, graças a estratégias de gestão eficazes, tais como o acesso controlado de visitantes, melhorias nas infraestruturas e reabilitação de antigos locais de mineração, enquanto a proteção e a gestão foram consideradas eficazes principalmente através de um financiamento robusto, de estruturas legais e dos programas de reassentamento.

O Parque Nacional do Kilimanjaro e o Parque Nacional de Sanqingshan mantêm, então, uma “boa perspectiva de conservação”, mas os seus sucessos decorrem de fatores distintos. A resiliência do Kilimanjaro está amplamente ligada ao seu isolamento geográfico remoto, o qual, naturalmente, sofrerá com a invasão humana e as pressões industriais. Tem conseguido preservar os seus ecossistemas, apesar do gradual impacto climático, manifestado no recuo do glaciário e na fragmentação do *habitat*. Em contraste, a estabilidade do Monte Sanqingshan resulta da sua estrutura de gestão altamente proactiva, que inclui quotas rigorosas de visitantes, melhorias nas infraestruturas e reabilitação de áreas de limites antes degradados. Assim, foram eficazmente mitigadas as pressões humanas, apesar do aumento da acessibilidade.

Enquanto o Kilimanjaro enfrenta desafios causados pelas alterações climáticas globais, evidenciados pela tendência de deterioração dos seus valores, Sanqingshan beneficia de uma menor vulnerabilidade climática imediata, embora os seus “dados deficientes” sinalizem incertezas na monitorização a longo prazo. As diferentes vulnerabilidades dos dois Parques destacam a necessidade de abordagens personalizadas. O Kilimanjaro exige atenção à adaptação climática, enquanto Sanqingshan deve manter uma gestão rigorosa para contrabalançar o crescimento do turismo.

5.2. Comunidades Envolvidas

Os dois Parques classificados como Património Mundial Natural têm implementado práticas diferentes de viver às suas comunidades locais. Em Kilimanjaro, o turismo torna-

se, em parte, um dos meios de vida dos habitantes locais, devido a fatores diversos. Ao contrário, nas comunidades, ou melhor, nos distritos administrativos de Sanqingshan, segue-se outro padrão de vida, tendo em mente eliminar a pobreza e ter prosperidade.

5.2.1. As Comunidades de Lyasomboro, Masia, Mshiri e Mbahe

Governado por políticas formuladas a nível nacional, o Parque Kilimanjaro opera sob a autoridade específica da KINAPA, que supervisiona a preservação ecológica e o desenvolvimento de infraestruturas. A execução de atividades turísticas recai em grande parte sobre uma rede diversificada de operadores locais e internacionais, que vão desde empreendimentos de pequena escala, guiados pela comunidade, até corporações globais do mercado do turismo de aventura.

Embora o turismo impulse o emprego regional e financie os esforços de conservação através das taxas pagas aos Parques e outros impostos, persistem tensões entre a maximização do número de visitantes e as comunidades adjacentes. Estas comunidades locais enfrentam um limitado envolvimento direto nas cadeias de valor do turismo, apesar de suportarem custos ecológicos e culturais do aumento do fluxo de pessoas. A trajetória de sustentabilidade do Parque surge, então, como um teste decisivo para equilibrar a governação centralizada com o envolvimento local das partes interessadas. A relação entre os operadores turísticos, as instituições estatais e as populações residentes podem obrigar a redefinir a administração ambiental para que seja verdadeiramente inclusiva num ecossistema de clima vulnerável.

O especialista Musa Gideon Mitekaro (2016) revê, de forma teórica, a relação genérica entre o turismo e a economia comunitária na Tanzânia. O seu estudo conclui que há uma fraca relação entre o turismo e o desenvolvimento comunitário. Na Tanzânia, os benefícios económicos do setor do turismo, que contribui com quase 18% para o PIB, são prejudicados pela desigualdade sistémica. Enquanto os hotéis, operadores turísticos e agências governamentais de capital estrangeiro captam a maior parte das receitas, as comunidades locais enfrentam barreiras estruturais à sua inclusão económica. A maioria dos residentes está confinada a empregos instáveis e de baixos salários, como

carregadores, empregados de limpeza ou vendedores de *souvenirs*, com mobilidade social limitada. Para agravar este desequilíbrio, verifica-se ainda uma significativa "perda" de receitas através da repatriação de lucros por parte das empresas multinacionais, do aumento de bens importados para consumo turístico e dos contratos de gestão estrangeira. Estes fenómenos drenam o capital das economias locais, sufocando os efeitos multiplicadores que poderiam estimular as pequenas empresas ou permitir melhorias nas infraestruturas. Por exemplo, as comunidades Maasai que vivem perto do Parque Nacional do Serengeti recebem uma compensação mínima, retirada das taxas de entrada no Parque, apesar de suportarem custos significativos relacionados com os conflitos entre a vida selvagem e o seu acesso restrito à terra (Mitekaro, 2016: 94).

Obviamente, a exclusão das comunidades locais de uma participação significativa no planeamento do turismo perpetua uma desconexão entre as iniciativas de desenvolvimento e as necessidades de base das populações (Mitekaro, 2016: 90). Apesar de, teoricamente, se promover o “turismo de base comunitária”, a sua implementação continua a ser limitada dadas as desigualdades estruturais. O poder de decisão recai predominantemente sobre investidores externos, organismos governamentais e empresas privadas, enquanto as comunidades locais, muitas vezes carentes de recursos financeiros, conhecimentos técnicos e influência política, são relegadas como meros beneficiários passivos, em vez de parceiros ativos. Esta abordagem de cima para baixo resulta em projetos turísticos que priorizam os interesses comerciais das grandes empresas, em detrimento da preservação cultural ou do bem-estar das comunidades. Por exemplo, há alojamentos de luxo que ocupam os territórios que eram os meios de subsistência tradicionais, sem serem criadas alternativas viáveis.

Além disso, existe um fosso persistente entre a progressista retórica política da Tanzânia e a sua implementação prática (Mitekaro, 2016: 88). Estruturas como a *Política Nacional de Turismo*, de 1999, defendem a redução da pobreza e a defesa da sustentabilidade, mas carecem de mandatos práticos para efetivar a partilha dos benefícios e/ou o empoderamento das comunidades. Na prática, as políticas priorizam a conservação ambiental e as infraestruturas de grande escala, como a expansão de aeroportos ou

alojamentos de luxo, em detrimento da equidade social. Este desequilíbrio é evidente na deslocação de populações rurais durante as expansões dos limites dos Parques, para as quais pode haver consulta, mas com compensações limitadas. Entretanto, os esquemas de partilha das receitas, em que as comunidades recebem uma percentagem das taxas dos Parques, continuam a ser inadequados e geridos de forma inconsistente. A ausência de mecanismos legais que responsabilizem os investidores pelo bem-estar da comunidade permite que as práticas exploratórias persistam, como a mercantilização cultural sem compensação justa. Estas falhas sistêmicas revelam como o turismo, em vez de ser um catalisador para o crescimento inclusivo, consolida frequentemente as hierarquias de poder existentes e marginaliza aqueles que afirma beneficiar.

Estas abordagens, de algum modo, retratam a situação semelhante que ocorre no Parque de Kilimanjaro. Outros dois especialistas, Kitole e Sesabo (2024), abordam a interação entre o turismo e o desenvolvimento comunitário em torno do Parque Kilimanjaro, focando as formas como as atividades turísticas moldam os meios de subsistência locais. Consideram os dados de 582 agregados familiares que vivem em quatro aldeias do Parque: Lyasomboro, Masia, Mshiri e Mbahe (Figura 5).

Figura 5 - Mapa da Tanzânia indicando as quatro aldeias do estudo no Parque Kilimanjaro



Fonte: Kitole e Sesabo, 2024

Com base nos dados recolhidos, os autores chegam a algumas conclusões positivas em relação ao impacto do turismo no desenvolvimento comunitário. As atividades turísticas, como serviços de alojamento, venda de artesanato, de alimentação e hospitalidade e trabalho como guias turísticos, melhoraram significativamente as condições das famílias locais. Essas atividades fizeram aumentar a segurança alimentar e a disponibilidade de alimentos, aumentando também os rendimentos, sobretudo por via da venda de artesanato e da prestação de serviço como guias turísticos. Portanto, essas atividades contribuem significativamente para o aumento de rendimentos e melhoram o acesso a serviços essenciais como os cuidados de saúde e a educação (Kitole e Sesabo, 2024: 422).

No entanto, outros fatores socioeconómicos continuam a restringir os meios de subsistência locais, com os acessos à educação, ao crédito e às redes sociais, que são essenciais para a participação no turismo, pouco generalizados. Níveis de educação mais elevados estão correlacionados com o envolvimento em atividades de maior valor, como guia turístico, enquanto a formação profissional é essencial para funções na área da hotelaria. Por outro lado, há inda disparidades de género. Os homens dominam as atividades de guia turístico e o artesanato, enquanto as mulheres enfrentam barreiras acrescidas no acesso ao capital e à formação. As lacunas educacionais e a baixa sensibilização limitam a participação, especialmente entre as mulheres e os grupos marginalizados (Kitole e Sesabo, 2024: 427).

Outro problema são as restrições financeiras e a corrupção. Os dois fatores dificultam a distribuição equitativa dos benefícios, com os lucros a concentrarem-se frequentemente entre os investidores externos. A erosão cultural e a monopolização de recursos, bem como a apropriação de terras para a construção de hotéis, ameaçam os meios de subsistência tradicionais e a coesão das comunidades (Kitole e Sesabo, 2024: 431).

5.2.2. As Comunidades de Sanqingshan

Pela parte do Parque de Sanqingshan, o envolvimento comunitário segue um modelo totalmente diferente. O Parque é operado pelo Conselho Administrativo e suas associações controladas. A comunidade local envolve-se de forma limitada no seu

desenvolvimento. Na melhor das hipóteses, os residentes da Área Cénica têm desempenhos como acompanhantes e testemunhas. Os operadores do Parque Sanqingshan são elementos muito diversos, provenientes não só dos distritos adjacentes, mas também de distâncias muito maiores e até de todo o país.

A Área Cénica adotou várias estratégias para promover o desenvolvimento comunitário. Em 2028, implementou os seus projetos de redução da pobreza. Os projetos duravam de três a cinco meses e eram geridos por entidades multissetoriais como o Subdistrito de Fenglin ou a Fazenda Florestal da Montanha Lingtou. As iniciativas visavam beneficiar coletivamente de 18 a 27 famílias pobres por projeto, proporcionando-lhes aumentos de rendimento mensuráveis, que variavam entre 50 e 4 mil *yuan*s per capita²⁹.

As principais abordagens estratégicas incluíam melhorias de infraestruturas, como a pavimentação de estradas, reparação de diques de rios e construção de trilhos turísticos em aldeias como Bacun e Lingtoushan. O objetivo era melhorar as condições de vida das populações e a resiliência a catástrofes naturais. As melhorias nos serviços públicos refletiam-se em melhoras diretas nos padrões de higiene. O empoderamento económico foi priorizado através de iniciativas no setor primário, como cooperativas de apicultores, que forneciam subsídios diretos, oportunidades de emprego e modelos de participação nos lucros: modelo "cooperativa + famílias pobres" para aumentar o rendimento. Os projetos de desenvolvimento turístico, incluindo melhorias nos pontos turísticos e nos sistemas de sinalização, procuravam atrair visitantes e criar fluxos de receitas para os residentes locais. Práticas de governação transparentes garantiam a participação de toda a comunidade na supervisão do projeto, enquanto mecanismos de financiamento direcionados e baseados em subsídios de nível superior e fundos locais correspondentes apoiavam estas intervenções.

Os elementos forasteiros envolvidos nas atividades do Parque são profissionais técnicos e especialistas em imagem. Esta comunidade de profissionais é uma força importante e trabalha sobretudo nos pontos turísticos do Sanqingshan. Os guias, monitores e

²⁹ Plano do Projetos de Redução da Pobreza do Fundo Especial de Redução da Pobreza na Área Cénica de Sanqingshan 2018, disponível em <http://www.sqsfjq.com/index.php?s=/Home/News/detail/id/1592.html>

divulgadores receberam turistas do resto do país e do mundo, interpretando os recursos patrimoniais deste local. Outro elemento importante são os “embaixadores universitários” do Sanqingshan. Trata-se de estudantes selecionados que exercem a sua função como representantes do Parque, utilizando as redes sociais para promover a marca Sanqingshan. O Governo Municipal fornece apoio financeiro especial para estas atividades.

5.3. Recursos Financeiros e Humanos

Segundo o *Relatório Periódico* de 2001, os recursos financeiros do Parque Kilimanjaro dependiam fortemente das receitas do turismo, com aproximadamente 5 mil milhões de *xelins* tanzanianos gerados por ano e remetidos para o poder central através da TANAPA. Apesar disso, as lacunas de financiamento do Parque persistiam, uma vez que o Plano Geral de Gestão 1994-2000 não tinha financiamento específico, dependendo, em vez disso, de fontes nacionais e bilaterais incertas. Nesse período, os principais obstáculos incluíam a insuficiência de fundos, o reduzido pessoal treinado e os desafios administrativos. A infraestrutura para a investigação e a gestão era mínima, sem laboratórios, alojamentos para investigadores ou bases de dados, e apenas com equipamento básico, como monitores de pluviosidade. A escassez de pessoal era evidente, com apenas um ecologista e alguns guardas florestais graduados disponíveis, enquanto as necessidades de formação enfatizavam a necessidade de competências em ecologia, ciência da computação e gestão de recursos naturais, exigindo programas de curto e longo prazo, incluindo oportunidades de estágio no estrangeiro. As tecnologias de gestão estavam ultrapassadas e dependiam de um PC Compaq de 1999 com capacidade limitada (Ciclo 1 de *Relatórios Periódicos*, 2001: 12, 15, 18).

Em 2021, o financiamento manteve-se quase totalmente dependente de fontes governamentais nacionais, sem contribuições de doadores multilaterais, bilaterais ou internacionais. Embora o orçamento tenha sido considerado "aceitável", ainda não conseguia satisfazer plenamente as necessidades da gestão. Os recursos humanos apresentavam uma melhorada diversidade de género, com 70% de colaboradores masculinos e 30% femininos; 85% do pessoal era proveniente das comunidades locais.

No entanto, os níveis de pessoal apenas conseguiam "atender parcialmente" às exigências operacionais. A experiência profissional em disciplinas como a conservação, a sustentabilidade ambiental e a participação comunitária foi classificada como "boa", embora a preparação para combater os riscos identificados tenha permanecido "razoável". As oportunidades de formação refletiam estas classificações, com a preparação para combater os riscos a ficar novamente para trás. Os desafios persistentes eram ainda a limitada diversificação financeira, as constantes lacunas de pessoal qualificado e a dependência do recrutamento local, apesar das necessidades de formação extravasarem esse nível (Ciclo 3 de *Relatórios Periódicos*, 2021: 42-44).

A UNESCO prestou assistência financeira ao Parque Nacional de Kilimanjaro através de vários projetos aprovados ao longo dos anos, embora os desafios de implementação e as rescisões parciais fossem frequentes. Um total de cinco pedidos foram aprovados, totalizando 87.460 dólares³⁰. As principais alocações incluíram 25.000 dólares, em 1993, para melhorar as instalações dos visitantes, e 14.960 dólares, em 2009, para avaliação da eficácia de gestão em sítios da Tanzânia classificados como Património Mundial. Outros projetos, como a realização de uma reunião com as partes interessadas, no valor de 30.000 dólares, em 1998, e a realização de um *workshop* de capacitação institucional, no valor de 7.500 dólares, em 1999, foram aprovados, mas apenas em parte implementados ou concluídos. De modo ilustrativo, um projeto de 1999, da Toyota LandCruisers, inicialmente alocado em 10.000 dólares, foi redirecionado, mas acabou posteriormente encerrado. Algumas iniciativas, como um *workshop* de investigação e monitorização, de 1999, tiveram de ser reaprovas com financiamento ajustado. Entretanto, embora o apoio da UNESCO tenha abordado áreas como a conservação, as infraestruturas e a capacidade institucional, persistem problemas recorrentes, como a execução incompleta, as realocações de financiamento e as interrupções de projetos.

Ao contrário, as condições financeiras e de recursos humanos do Parque de Sanqingshan continuam a ser boas, ainda que com algumas preocupações. Tal como registado em 2012, o financiamento dependia fortemente das taxas dos visitantes individuais, que

³⁰ Dados abertos ao público, disponíveis em <https://whc.unesco.org/en/list/403/assistance/>

representavam 50%, e das contribuições do governo local, que representavam 30%. Os restantes 20% eram completados por outros subsídios. O orçamento foi considerado aceitável, mas insuficiente para todas as necessidades de gestão; os equipamentos e infraestruturas foram descritos como inadequados e com manutenção mínima (Ciclo 2 de *Relatórios Periódicos*, 2012: 6, 7).

Os recursos humanos de Sanqingshan também enfrentavam desafios. Apesar de 100% dos funcionários trabalharem a tempo inteiro e 90% serem permanentes, apenas 95% dos funcionários eram pagos, e, no geral, o pessoal foi avaliado como abaixo do desejável. A experiência profissional em disciplinas como a investigação, a monitorização e a extensão comunitária era "razoável", enquanto a interpretação, a administração e o turismo obtiveram pontuações mais elevadas. As oportunidades de formação variavam, com a conservação e a investigação priorizadas, mas com deficiências na administração e fiscalização. O desenvolvimento da *expertise* local manteve-se parcial, dependendo fortemente da equipa técnica externa.

Até 2023, a dependência financeira deslocou-se ainda mais para o financiamento do governo local, assegurando 59% dos projetos e 70% dos custos operacionais; das taxas de visitação era utilizado 26% para projetos e 30% para as operações. O orçamento foi avaliado como adequado, sendo enfatizado o crescimento anual do rendimento do turismo e a resultante estabilidade financeira (Ciclo 3 de *Relatórios Periódicos*, 2023: 37-38).

Ao mesmo tempo, os recursos humanos melhoraram significativamente. A equipa foi classificada como adequada, embora com uma distribuição desequilibrada em termos de género: 72% de homens e 28% de mulheres, para os funcionários provenientes das comunidades locais; e 57% de homens e 43% de mulheres, na equipa não local. A experiência profissional em conservação, sustentabilidade ambiental e turismo foi classificada como "boa", embora a preparação para o combate aos riscos identificados e a monitorização tenham permanecido "razoáveis". As oportunidades de formação expandiram-se para a maioria das disciplinas, exceto fiscalização e administração. Embora existissem programas para o desenvolvimento de capacidades locais, o trabalho técnico continuava a depender de conhecimentos externos.

5.4. Revisão do Pilar da Sustentabilidade nos Dois Parques

Na perspetiva do desenvolvimento sustentável, o Parque Nacional de Kilimanjaro e o Parque Nacional de Sanqingshan apresentam desafios e estratégias distintas perante ameaças ambientais. Os principais riscos de alterações climáticas são enfrentados por Kilimanjaro, em particular o recuo dos glaciares, que ameaça os seus ecossistemas e recursos hídricos. A pressão do turismo agrava alguns problemas de erosão dos trilhos e de gestão de resíduos.

Quanto à sustentabilidade das comunidades, o Kilimanjaro mostra uma integração profunda dos seus trabalhadores, com as equipas formadas sobretudo por empregados locais. Entretanto, as comunidades adjacentes recebem benefícios muito limitados, através de algum emprego e participação em eventos relacionados com o Parque. Para além da limitada receita, a distribuição dos funcionários por género é também desequilibrada, resultante de uma educação e profissionalização deficientes e da dependência técnica de recursos exteriores. Para os residentes locais, os serviços turísticos relacionados com o Parque do Kilimanjaro não se tornam o principal meio de vida. As lacunas de formação persistem, em particular no que diz respeito à preparação para combater riscos e à investigação avançada.

Além disso, o financiamento do Kilimanjaro continua fortemente dependente das dotações do governo nacional, que em 2021 assegurou 100% do financiamento, carecendo de diversificação de fontes e enfrentando défices orçamentais recorrentes. Os recursos humanos, embora aumentados, ainda apenas "satisfazem parcialmente" as necessidades, detendo formação desigual em áreas críticas. A sua resiliência financeira e humana mantém-se não sistemática nem sólida.

Em comparação, o Parque Sanqingshan, embora também impactado pelo turismo, beneficia de um financiamento mais forte do governo local e demonstra um planeamento de infraestruturas mais robusto, com priorização de trilhos e sistemas de gestão de visitantes para mitigar a degradação ecológica. Os programas estruturados de formação de Sanqingshan, em conservação e turismo, aumentam a capacidade da

comunidade a longo prazo. De modo distinto, as comunidades do Sanqingshan tornam-se prósperas por via de recursos públicos, como projetos em que são beneficiários de medidas orientadas para a eliminação da pobreza. O turismo não ascende a fonte principal dos seus rendimentos de vida. Sob gestão direta ou indireta do Conselho Administrativo e das suas entidades económicas, as comunidades locais entram, de forma limitada e fraca, no mercado turístico e desempenham apenas um papel suplementar na preservação do Parque.

O Parque Sanqingshan recebe financiamento principalmente do governo municipal e, em parte, das receitas dos turistas, sendo classificado como "adequado", estável e relativamente diversificado. A sua força de trabalho são predominantemente empregados a tempo inteiro e permanentes, sendo avaliada como muito profissional e *expertise* em áreas importantes, como a conservação e o turismo.

No âmbito de sustentabilidade geral, Sanqingshan torna-se mais integrada e também mais independente de recursos públicos, enquanto Kilimanjaro enfrenta vulnerabilidades climáticas e a falta crítica de recursos financeiros e humanos, o que dificultará a sua resiliência a longo prazo. As práticas de Sanqingshan quanto a diversificação de receitas e na capacidade de formação profissional, poderão ser bons exemplos para o Parque tanzaniano. Os dois podiam estabelecer uma colaboração sustentável, com partilha de experiências mutuamente úteis.

5.5. Estratégias de Comunicação

Os dois Parques em análise beneficiam e desfrutam da classificação como Património Mundial Natural, recebendo influência positiva da sua integração na *Lista*. O Parque de Sanqingshan integra ainda a Lista dos Geoparques da UNESCO (UNESCO, 2025). Em termos domésticos, ambos os Parques se mantêm, sem dúvida, como importantes referências e patrimónios naturais. Neste subcapítulo é abordada a questão das estratégias de comunicação e seus efeitos. Desta forma, talvez seja possível traçar os caminhos mais diretos para se alcançar melhor divulgação, tanto à escala nacional quanto à global.

5.5.1. Estratégias de Comunicação no Parque Kilimanjaro

O Parque Kilimanjaro, lar do pico mais alto de África, goza de bastante fama mundial como um dos destinos mais emblemáticos de África. O conto escrito pelo autor americano Ernest Hemingway, em 1936, *As Neves do Kilimanjaro*, imortalizou-o como um emblema literário de aventura e reflexão existencial, atraindo viajantes globais em busca do seu fascínio mítico. Em 1962, *Julius Nyerere*, o primeiro presidente da Tanzânia, elevou a importância simbólica da montanha, ao fazer enviar uma tocha ao seu cume para simbolizar a esperança para África, um legado ainda hoje estimado. Nessa ocasião, proferiu:

Nós, o povo do Tanganica, gostaríamos de acender uma vela e colocá-la no topo do Monte Kilimanjaro, que brilharia para além das nossas fronteiras, dando esperança onde havia desespero, amor onde havia ódio e dignidade onde antes havia apenas humilhação.

Em 1999, também, o investigador *David Martin* reafirmou assim o seu valor: “para todos os que já ouviram falar do Kilimanjaro, há uma razão para se lembrarem da montanha. O meu está enraizado na história dos últimos 50 anos; uma visão e um sonho a serem realizados, não uma montanha a ser conquistada”. E já em 2024, o estatuto do Kilimanjaro foi consolidado através da atribuição do prémio anual *World Travel Award* para o "Melhor Ponto Turístico de África". Não restam, portanto, dúvidas de que é um farol único de beleza natural e de cultura, indo a sua fama muito para além da sua geografia.

Em entrevista à UNESCO, em 2025, o geólogo Douglas Hardy enfatiza o seu duplo apelo, considerando o Kilimanjaro "um lugar atraente tanto do ponto de vista estético como científico", em especial para estudar as alterações glaciares e os ecossistemas. O Kilimanjaro ganhou fama para sempre, principalmente devido ao seu alto valor natural e também devido aos seus valores político e simbólico. Sem dúvida, são feitos muitos esforços, à escala nacional e internacional, na comunicação do Parque.

Desde o início do século XXI, o Parque do Kilimanjaro empenhou-se em atividades educativas através de visitas escolares, cerca de 15 por ano, e de políticas para a educação ambiental. Os esforços de comunicação com os públicos incluíram *workshops*,

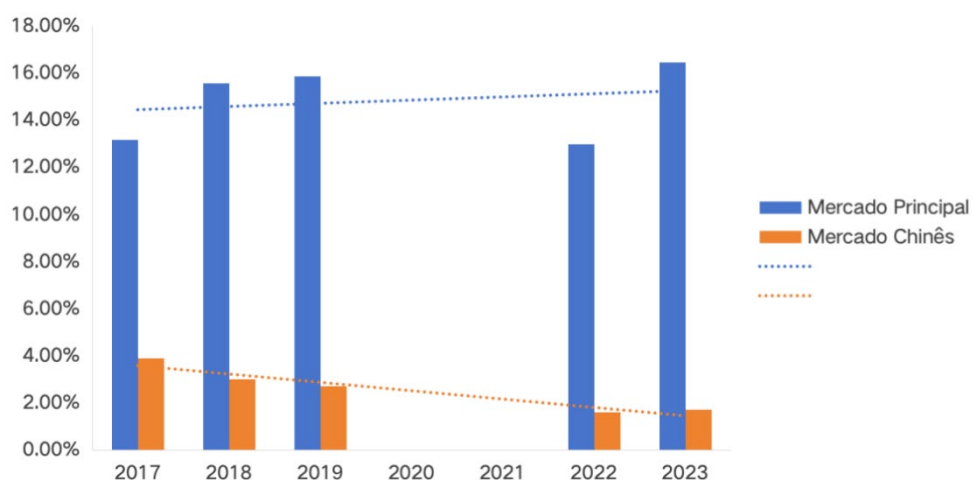
serviços de extensão e um festival anual, centrado em transmitir os valores e a marca do Património Mundial. Materiais impressos como cartazes, folhetos e revistas, bem como programas de vídeo, são utilizados para sensibilizar e formar residentes e visitantes. A infraestrutura disponível para receber os visitantes inclui um centro de informação/interpretação, centros de orientação para escaladores e sobre a natureza, bem como comodidades básicas como estacionamento, casas de banho e primeiros socorros. No entanto, não há museus no local, nem dias de portas abertas ou campanhas de comunicação direcionadas. Mesmo assim, o número de visitantes de países como os EUA, Reino Unido, Alemanha ou França atinge os 20 mil por um ano (Ciclo 1 de *Relatórios Periódicos*, 2001: 19-25).

Durante 20 anos seguidos, o Parque do Kilimanjaro expandiu o seu alcance comunicativo. Resultados de investigação, como os do Projeto Kili sobre alterações nos ecossistemas, foram ativamente partilhados com públicos locais, nacionais e internacionais. A sensibilização para o estatuto de Património Mundial do local foi classificada como “boa” por todas as partes interessadas, incluindo comunidades locais, turistas e empresas. Os programas educativos para jovens foram descritos como planeados e eficazes. As instalações para os visitantes melhoraram, com visitas guiadas, trilhos e materiais impressos/*on-line* classificados como “bons” (Ciclo 3 de *Relatórios Periódicos*, 2021: 43-45).

Entretanto, é possível afirmar que este Parque não recebia a atenção merecida em harmonia com sua reputação global. Embora tenha beneficiado do impulso turístico mais amplo na Tanzânia, a sua taxa de visita foi apenas de 6.1%, em 2019, e caiu ainda mais em 2023, para 4,7% (Tanzania National Bureau of Statistics, 2019: 38; 2023: 48), bastante mais baixa comparando com outras atrações nacionais, como o Serengeti, com 12%, ou o Ngorongoro, com 13,3%. Na apreciação dos turistas, o Parque do Kilimanjaro ficou com a menção bastante baixa de 1,8%, senso igualmente baixa a avaliação da atividade de excursionismo, com 2, 1% (Tanzania National Bureau of Statistics, 2019: 44; 2023: 49). Obviamente, o Parque tem um comportamento relativamente, fraco no marketing direcionado.

O Parque Nacional de Kilimanjaro e o sector turístico mais vasto da Tanzânia têm feito esforços direccionados para se manterem como mercado de destino original e atraírem novos mercados, como o chinês. Em 2019, foi assinado o memorando de entendimento com o Touch Road International Holdings Group, da China, para promover atrações da Tanzânia, incluindo o Kilimanjaro, em importantes cidades chinesas, como Pequim e Cantão (Tanzania National Bureau of Statistics, 2019: 5). Iniciativas como o programa *Tour Africa – New Horizon* pretendem atrair 10 mil visitantes chineses por ano, através de exposições e parcerias diversas. Contudo, o número de turistas chineses não está a aumentar tão obviamente como esperado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentagem de turistas dos mercados principal e chinês (2017-2023)³¹



Fonte: reduzido do *Tanzania National Bureau of Statistics*

Como comentado pelos operadores turísticos, os desafios persistem, incluindo a falta de voos diretos da China, os preços absurdos dos pacotes turísticos, a limitada sofisticação do marketing digital e as disparidades de preços em comparação com os mercados europeus (Dai e Luon, 2019). Os esforços esporádicos não foram eficazes, embora continuem necessárias estratégias mais proactivas e culturalmente adaptadas para capitalizar plenamente o crescente potencial da China como emissor de turismo.

³¹ Os dados de 2020 e 2021 encontram-se em falta. A percentagem de visitantes oriundos da China, em 2022, foi inferior a 1, 6% (África do Sul) e a percentagem em 2023 inferior a 1,7% (Índia). Os dados são estimados a fim de demonstrar a tendência. Fonte: International Visitors' Exit Survey Reports, 2018, 2019 e 2023, compostos pelo setor de turismo da Tanzânia.

A natureza e as características sociais do Parque Nacional de Kilimanjaro consolidam a sua reputação como um destino de aventura de primeira linha. Apesar destas dimensões, o setor do turismo da Tanzânia subestima o potencial narrativo da montanha. Embora que assentes na sua fama inerente, os esforços promocionais permanecem passivos, em vez de serem elaboradas campanhas direcionadas. Em comparação com os seus pares globais, há um investimento limitado em narrativas digitais, narrativas culturais e parcerias que possam ampliar a sua mistura única de natureza, história e simbolismo. Este fosso entre o estatuto icónico do Kilimanjaro e a discreta estratégia de comunicação da Tanzânia corre o risco de diluir a sua vantagem competitiva num mercado turístico global cada vez mais competitivo.

5.5.2. Estratégias de Comunicação no Parque Sanqingshan

No Parque do Sanqingshan, o modelo de comunicação apresenta um carácter de maior diversidade estratégica. O Parque procura enfatizar a fusão profunda do património cultural com as tendências contemporâneas para criar propriedades intelectuais únicas. O Parque experimentou integrar uma das suas raízes taoistas, o antigo Palácio de Sanqing e as lendas do mestre taoista Ge Hong³², nas modernas plataformas digitais. O exemplo típico é que Sanqingshan colabora com empresa de jogos online, a Ni Shui Han³³, para incorporar as suas paisagens naturais em mundos virtuais, permitindo aos jogadores explorar os picos e as narrativas culturais através dos videojogos. As parcerias com gigantes literários, como a China Literature Limited (Shanghai)³⁴, amplificam ainda mais esta sinergia, acolhendo concursos de cyber novelas, como *The Taoist Immortal*³⁵, e transformando histórias populares em passeios temáticos, produtos e experiências físicas. Eventos sazonais e temáticos, como o Festival Internacional de Rododendros Alpinos e os festivais de neve no inverno, servem diversos públicos, combinando a

³² 葛洪

³³ 逆水寒

³⁴ 上海阅文集团

³⁵ 道德仙人

beleza natural com narrativas culturais envolventes para atrair públicos tradicionais e públicos mais jovens.

Atender cuidadosamente ao mercado constitui a principal estratégia de comunicação do Parque de Sanqingshan. Visa regiões geograficamente remotas, tais como o nordeste do país e a Mongólia Interior, através de pacotes personalizados que enfatizam os passeios familiares focados na herança taoista ou retiros de bem-estar para viajantes de meia-idade. Para além disso, ao estabelecer parcerias com agências diversas, o Parque mantém as cadeias de oferta e procura em equilíbrio, através de promoções com tarifas com descontos para grupos ou itinerários personalizados. A estratégia tem revitalizado mercados antes inexplorados, levando a número crescente de turistas em grupo e a crescentes receitas nos setores da hotelaria.

A estrutura da sua comunicação, híbrida e diversificada, combina a inovadora forma digital com a tradicional presencial. Plataformas de redes sociais nacionais, como o TikTok, Rednote e outras, são utilizadas muito para campanhas fortes. A iniciativa *Her Power*³⁶, uma das campanhas características, em que os turistas participam em sorteios de veículos elétricos, vê o conteúdo gerado amplificado pelos influenciadores dos média social. Em simultâneo, o conteúdo em tempo real torna-se dinâmico no sítio eletrónico; a moda das interações torna a promoção ainda mais eficaz.

Além disso, o alcance global sai valorizado através de colaborações internacionais estratégicas. O Parque do Sanqingshan tenta atrair visitantes estrangeiros recorrendo a esforços substanciais, que incluem publicidade de alto nível em centros globais, como a Times Square, em Nova Iorque, bem como a participação em exposições internacionais de turismo, como a HAN-ATOUR, na Coreia do Sul, cuja visibilidade é ampla. Aplica também línguas diversas nos guias, sinaléticas e sistemas de pagamento. As parcerias estabelecidas com hotéis, tais como o *Hilton* e o *Kempinski*, elevam o seu apelo como destino ideal.

³⁶ 她力量

A estrutura de visitantes da Área Cénica de Sanqingshan destaca uma dependência predominante dos mercados locais e, só a grande distância, dos internacionais. No primeiro semestre de 2017, a Área recebeu aproximadamente 450.000 turistas internacionais, o que representa 5% do total dos visitantes. Entre estes, a maioria é de regiões vizinhas, como a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan e países do Sudeste Asiático. Só o Sudeste Asiático e Taiwan contribuíram com mais de metade do volume de turistas recebidos (People's Daily, 2017). Obviamente, a estratégia atual vê como prioridade a consolidação de mercados regionais estabelecidos, como o do Sudeste Asiático, e a expansão de parcerias com destinos próximos.

Pela atual presença em plataformas populares (2025), é possível compreender as tendências de comunicação do Parque do Sanqingshan (Tabela 4, Gráfico 5).

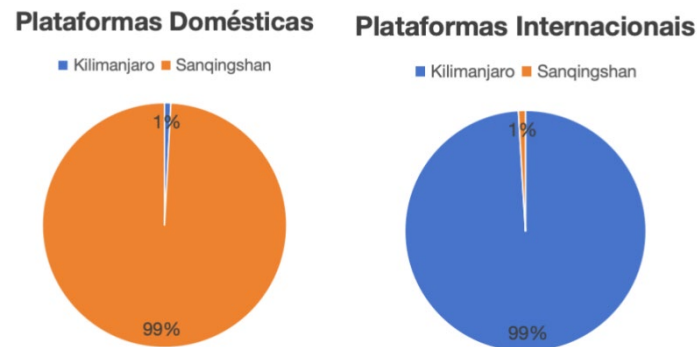
Tabela 4 – Visualizações dos dois Parques nas plataformas digitais³⁷

Nº	Categoria	Plataforma	Kilimanjaro	Sanqingshan
1	Doméstica	Trip.com Group Limited	88	14329
2		Mafengwo.com	33	21375
3		Rednote	919000	110000000
4		Weibo	2144	29000
5	Internacional	Tripadvisor	2829	419
6		Google Map	3700	73
7		Instagram	45500	-
8		Facebook	316	4
9		Intrepid	146	-

Fonte: diversas plataformas digitais

³⁷ Dados registados a 10 de maio de 2025. Os valores apresentados consistem no número de comentários, discussões, visitas e outros atos semelhantes. Os números relativos a Sanqingshan nas plataformas Instagram e Intrepid são os disponíveis.

Gráfico 5 - Mercados digitais ocupados pelos dois Parques



Fonte: Tabela 4

Pelas tendências acima, Sanqingshan demonstra um sucesso notável nos mercados vizinhos através de estratégias digitais localizadas, como evidenciado pelo seu domínio esmagador em plataformas como *Rednote*, *Mafengwo* e *Weibo*³⁸. Estes números refletem campanhas direcionadas que alavancam plataformas chinesas populares, ressonância cultural e parcerias com agências de viagens locais, que têm repercussões profundas entre os públicos regionais. No entanto, o seu alcance global fica significativamente atrás do de Kilimanjaro, principalmente em plataformas internacionais como o *Tripadvisor*, *Google Maps* e *Instagram*.

Esta disparidade realça a dependência de canais de marketing focados no mercado doméstico e o envolvimento limitado com os públicos globais, devido à insuficiente localização dos conteúdos, ao fraco reconhecimento da marca nos mercados ocidentais e à subutilização de narrativas interculturais. Embora Sanqingshan produza um apelo regional significativo através de ferramentas digitais, isso sublinha a necessidade do Parque Sanqingshan expandir as suas campanhas multilíngues em mercados distantes e adaptar as suas narrativas culturais para as fazer ressoar com a diversidade mundial.

5.5.3. Síntese das Estratégias Comunicativas Adotadas

³⁸ 小红书, 马蜂窝, 微博

Da análise comparada dos padrões de comunicação, compreende-se que o Parque Kilimanjaro está muito dependente do seu estatuto icónico como o pico mais alto de África e do seu reconhecimento como Património Mundial da UNESCO para atrair a atenção global, mas os seus esforços de marketing, liderados pela TANAPA e pelos setores turísticos da Tanzânia, carecem de dinamismo. O investimento mínimo em envolvimento digital, narrativas e canais promocionais diversificados limita a sua capacidade de maximizar as receitas e dificulta o enfrentar de desafios operacionais, como as lacunas de financiamento e a escassez de pessoal.

Em contraste, o Parque Nacional de Sanqingshan demonstra esforços estratégicos de comunicação, internamente e nos seus mercados regionais eficazes, alcançando um crescimento constante através de campanhas direcionadas, parcerias com agências de viagens locais e promoções integradas *online* e *offline*. No entanto, a sua visibilidade internacional, especialmente em mercados a longa distância como a Europa e a América do Norte, continua a ser limitada devido à falta de narrativas culturalmente ressonantes e à insuficiente penetração nos ecossistemas de viagens dessas regiões.

Para eliminar estas lacunas, o Kilimanjaro poderia tentar as estratégias de marketing conduzido por dados, como faz no Sanqingshan, com a alavancagem de campanhas nas redes sociais, a colaboração com plataformas internacionais de reservas e a criação de pacotes de viagens personalizados para atrair nichos de mercado. O aumento do alcance digital poderá alargar o seu alcance global e, ao mesmo tempo, ajudar a resolver as limitações de recursos. Por outro lado, Sanqingshan deve inspirar-se na marca baseada em valores do Kilimanjaro, que entrelaça maravilhas naturais com significado cultural e ambiental. Ao elaborar narrativas que enfatizam o seu estatuto de Geoparque Mundial da UNESCO, a herança taoista e os esforços de conservação ecológica, Sanqingshan pode cultivar uma ligação emocional mais forte com públicos distantes. A parceria com organizações globais de conservação ou a organização de eventos internacionais, à semelhança do desempenho do Kilimanjaro na defesa do clima, elevaria ainda mais o seu perfil.

Considerações Finais

Inicialmente, como proposta preliminar, pensou-se em realizar um amplo estudo sobre os bens Património Mundial em África, abrangendo propriedades culturais, naturais e mistas de 2008 a 2025, o período marcado pela formalização da estrutura estratégica dos 5Cs da UNESCO e por relativa estabilidade nas tendências de inscrição do Património Mundial em África na *Lista*. Este enquadramento foi escolhido tendo em vista identificar padrões que pudessem traduzir-se em estratégias viáveis para atualizar a *Lista Indicativa* de Estados-parte africanos, melhorar as técnicas de nomeação e inscrição, bem como refinar as políticas de conservação após 2025.

Entretanto, apesar do plano meticuloso, o projeto encontrou obstáculos significativos durante os primeiros cinco meses. Enquanto estudante do primeiro ano do mestrado em Estudos Africanos, a autora tinha tido uma limitada exposição a conhecimentos relativos ao Património Mundial e aos bens patrimoniais em África, pelo que lidava agora com o tema com bastante dificuldade, se bem que se esforçasse por dominar a vasta literatura interdisciplinar. A pouca experiência académica, agravada pela fraca capacidade de escrita normativa em português, dificultou muito o progresso e a escrita da dissertação. Mesmo sob a cuidadosa orientação da orientadora, a investigação estagnava, sem conseguir resultados substanciais. Confrontada com as dificuldades tão abrangentes do tema inicial, a investigadora reconheceu necessária a alteração do âmbito do projeto.

Com o ampliar da literatura consultada e dominada, emergiu na autora o interesse pela questão da parceria sino-africana, que tinha como particular pano de fundo os estreitos laços políticos e económicos ligando a Tanzânia e a China. A Tanzânia, que é um importante parceiro do Estado chinês em África, é um país muito rico em recursos naturais, abrangido pelos ecossistemas do Vale do Rift da África Oriental e com mais de 20 parques nacionais, mas que continua com baixa representação na *Lista*, detendo apenas três bens Património Mundial Natural. Por outro lado, a China, apesar dos seus extensos parques naturais e das técnicas avançadas a que recorre nos processos de candidatura e inscrição como Património Mundial, enfrenta outros desafios de

comercialização excessiva e de ameaças ao objetivo da sustentabilidade. O confronto com estas assimetrias desencadeia uma percepção crítica: enquanto a cooperação bilateral entre estes dois países floresceu no comércio e nas infraestruturas, essa cooperação permaneceu negligenciada no âmbito da conservação do património natural. Assim, delimitando o estudo a um específico foco comparativo dos Parques Nacionais do Kilimanjaro e de Sanqingshan, semelhantes, mas expostos a situações contrastantes, a investigação poderia ter como objetivo rastrear algumas conclusões construtivas, explorando a seguir a aplicação da cooperação bilateral ao Património Mundial Natural.

A dissertação adotou como base metodológica a análise documental, a partir de relatórios da UNESCO, de documentos definidores de políticas patrimoniais nacionais, de publicações académicas versando os dois Parques e de dados institucionais, e sendo antecedida pela revisão sistemática da base teórica relativa ao Património e ao Património Mundial. Dito de modo sucinto, a dissertação tornou-se a análise comparativa dos dois Parques Nacionais classificados como Patrimónios Mundiais. Esta alteração, não só forneceu algumas vantagens à autora na pesquisa linguística e arquivística das bases de dados chinesas, como também ajudou a definir áreas de foco concretas e particulares para a análise a realizar. Outro efeito positivo foi o permitir o acesso a fontes secundárias quando as primárias tinham acesso difícil ou estavam indisponíveis. A definição deste âmbito específico para a investigação permitiu uma abordagem estruturada dos modelos de gestão, dos desafios colocados à sustentabilidade e das estratégias de comunicação, tudo subordinado ao enquadramento dos 5Cs da UNESCO. Através das sínteses analíticas sobre os desafios partilhados pelos dois Parques Nacionais, como a vulnerabilidade climática, o turismo insustentável e a marginalização das comunidades locais na administração do património, cada um dos lados pode aprender com o outro.

A presente dissertação revelou contrastes significativos. Em termos administrativos demonstrou-se a modalidade de governação do Parque Kilimanjaro, com uma base legislativa não específica e com uma base institucional não atualizada nem adaptada ao tempo atual. Em contextos real, debate-se com planos de gestão desatualizados e

também com um financiamento insuficiente e dependente de poderes externos, enquanto o modelo estatal de Sanqingshan garante a alocação de recursos, mas corre o risco de ter um mercado menos dinâmico. Discutem-se igualmente os desafios da sustentabilidade no Parque Kilimanjaro, como as ameaças climáticas sobre os glaciares e a limitada diversificação das receitas. As pressões sentidas no Parque de Sanqingshan, devido ao enorme crescimento do turismo doméstico, sublinham outras vulnerabilidades neste contexto divergente. Nas estratégias de comunicação, o estatuto icónico global do Kilimanjaro, paradoxalmente, não é acompanhado por medidas eficazes de comunicação, enquanto a marca de Sanqingshan, bem-sucedida no mercado doméstico, não recebe igual ressonância internacional, em particular dos mercados distantes da Ásia. Estas descobertas destacam oportunidades de aprendizagem mútua, a partir de técnicas de candidatura a Património Mundial, de governação inclusiva e científica, de boas práticas em modelos de sustentabilidade e em estratégias comunicativas.

Apesar da satisfação destes objetivos, a dissertação confrontou-se com algumas limitações metodológicas. A dependência de fontes secundárias, incluindo relatórios governamentais fragmentados, publicações académicas e conjuntos de dados comerciais, introduziu lacunas em áreas críticas, como ao acesso ao Plano Geral de Gestão de Kilimanjaro ou aos documentos dos Planos Geral e Específico não publicados de Sanqingshan. A metodologia assente na análise documental também obrigou à inferência teórica em vez da validação empírica: a título de exemplo, sobre as perceções das comunidades acerca das influências do turismo ver somente dados documentais, terá conduzido a resultados não pragmáticos, que, muito provavelmente, requerem estudos futuros através de técnicas mistas de inquérito, entrevistas e observação participante. O uso de dados comerciais, embora acessíveis e abundantes, também conduzirá a potenciais conclusões oblíquas, já que a fonte comercial por natureza está direcionada para os mercados. Além disso, a dependência em relação a dados existentes, históricos e/ou extinguidos, pode limitar as interpretações e visões em tempo real.

Por outro lado, é indesmentível que as barreiras linguísticas complicaram ainda mais a interpretação dos dados. Por exemplo, da difícil leitura de documentos em suaíli e da

terminologia chinesa não traduzida “管委会” optou-se pela conversão em português como “conselho administrativo”. Alguns conteúdos da dissertação escritos a partir de informação chinesa, podem colocar dificuldades de leitura a falantes não chineses. Todos estes factos poderão causar dificuldades linguísticas e interpretações erradas.

Apesar destas limitações, a dissertação sublinha o potencial da colaboração sino-tanzaniana. Ao estabelecer uma rota bilateral na comunicação sobre Património Mundial Natural, as duas nações poderiam beneficiar da partilha de técnicas e de experiências nos processos de nomeação, candidatura e inclusão na *Lista*, aplicados a mais bens nacionais. Esta possibilidade poderá contribuir para aumentar a representação e, mais ainda, o equilíbrio geográfico ambicionado pela UNESCO. Em termos financeiros, mecanismos de financiamento combinados, como a iniciativa *Faixa e Rota*, contribuirão para diversificar as receitas do Parque da Tanzânia, que, assim, poderão apoiar atualizações sustentáveis e programas substanciais.

Do ponto de vista da autora, esta dissertação estabelece-lhe uma base linguística, cultural e disciplinar para futuras investigações académicas. O trânsito entre português, chinês e inglês, e entre os estudos patrimoniais e do Património Mundial na Tanzânia e a China, contribuem para potenciais trabalhos de campo interdisciplinares. Este trabalho produzido de forma independente é o primeiro produto duma investigadora nova. É esperado que na sua carreira futura possa transformar as visões teóricas em políticas viáveis e a metodologia da análise documental em trabalho de campo.

Como última palavra, pretende-se que esta dissertação sirva tanto de contributo académico como de apelo à ação. O discurso académico e comparado sobre património pode gerar benefícios recíprocos. Na prática, espera-se que forneça achegas para que a Tanzânia e a China reflitam nas vantagens e desvantagens das suas próprias opções e que se tornem complementares nas áreas técnicas, institucionais e culturais.

Referências Bibliográficas

- Azzi, C. F. (2011). O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 21, 360-367.
- Blom, P. (2003). Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 33-40.
- China, UNESCO, IUCN. (2008). Nomination file 1292 (35 MB), 129-142.
- China, UNESCO, IUCN. (2012). Periodic Reporting Cycle 2 (Section II: Sanqingshan National Park), 5-10.
- China, UNESCO, IUCN. (2023). Periodic Reporting Cycle 3 (Section II: Sanqingshan National Park), 2-40.
- Choay, F. (2007). L'Allégorie Du Patrimoine. Edi.4. Paris: Seuil, 9-20.
- Arouet, F. M. (Voltaire). (1756). Essai sur les mœurs et l'esprit des Nations. Edição digital de 2002.
- Dai, D., Lu, J.H. (2019). Tapping the Chinese market: Kilimanjaro tour operators missing out on business. *How We Made It In Africa*. Disponível em <https://www.howwemadeitinafrica.com/>. 31 de janeiro de 2019.
- Department of Economic and Social Affairs (United Nations). (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (ARES/70/1), 14-27.
- Fernandes, A. (2022). A Espiral do Patrimônio: Um Olhar Sobre os Discursos e Processos de Patrimonialização do Imaterial. Braga: Universidade do Minho, 384-392. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.73.32>.
- Foksha, A. (2023). Why Choose Altezza Travel? *Altezza Travel*. Disponível em <https://altezzatravel.com/climbing-kilimanjaro>
- ICOMOS. (2004). Filling the Gaps - an Action Plan for the Future, 54-81. Disponível em <https://whc.unesco.org/document/102409>. 9 de fevereiro de 2004.
- International Mountain Explorers Connection. (2025). Proud to present – Partner Companies 2025.

IUCN. (1987). World Heritage Nomination-IUCN Summary: 403-Kilimanjaro National Park (Tanzania), 72-76.

IUCN. (2008). IUCN Technical Evaluation Mount Sanqingshan National Park (China) – ID No.1292, 13-24.

Kitole, F. A., Sesabo, J. K. (2024). Tourism-driven livelihood dynamics: A comprehensive empirical study of Mount Kilimanjaro National Park communities in Tanzania. *International Journal of Geoheritage and Parks*, 12 (2024), 416–431.

Marques, H., Martins, L. (1998). Memória, Herança, Património e Paisagem. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 123-128.

Ministry of Foreign Affairs of China. (2025). 中国同坦桑尼亚的关系. Disponível em https://www.mfa.gov.cn/web/gjhdq_676201/gj_676203/fz_677316/1206_678574/sbgx_678578/. Maio de 2025.

Mitekaro, M.G. (2016). The Impact of Tourism in Tanzania on Community Development: Theoretical Perspectives. 94-101. *Advances in Social Sciences Research Journal*, Vol.3, No.9.

Secretariat of the Convention on Biological Diversity Montreal. (1992). Convention on Biological Diversity, 1-30. Disponível em <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>

TANAPA. (2025). tanzaniaparks>Administration>Management. Disponível em <https://www.tanzaniaparks.go.tz/administration/management>

Tanzania National Bureau of Statistics. (2018). The 2018 International Visitors' Exit Survey Report, 4-50.

Tanzania National Bureau of Statistics. (2019). The 2019 International Visitors' Exit Survey Report, 13-44.

Tanzania National Bureau of Statistics. (2023). The 2023 International Visitors' Exit Survey Report, 15-52.

Tanzania, UNESCO, IUCN. (2001). Periodic Reporting Cycle 1 (Section II: Kilimanjaro National Park), 1-38.

Tanzania, UNESCO, IUCN. (2021). Periodic Reporting Cycle 3 (Section II: Kilimanjaro National Park), 1-53.

Tanzania. (1970). National Parks Act -Government Notice 255 of 1970, 2-5.

Tanzania. (1974, 20 de agosto). National Parks Ordinance (Amendment) , 2-3. Edição digital.

Tanzania. (2002). Forest Act (No. 23. Vol. 83).

Tanzania. (2004). Environmental Management Act, 50-79.

Tanzania. (2009, 20 de março). Wildlife Conservation Act (No. 5), 7-21.

Tanzania. (1994). National Policies for National Parks in Tanzania, 6-75.

UNESCO. (1972). Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, 2-16. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>. 16 de setembro de 1972.

World Conservation Monitoring Centre. (1987). Kilimanjaro National Park. Última edição de 2011. Disponível em <http://world-heritage-datasheets.unep-wcmc.org/datasheet/output/site/kilimanjaro-national-park/>

World Heritage Centre. (2025). World Heritage List. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/list/>

World Heritage Centre. (2024). Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (46 COM 12), 4-254. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/guidelines> (English).

World Heritage Centre. (2007). The "Five Cs". Disponível em <https://whc.unesco.org/en/convention/>.

龚莉芹, 曹小武. (2022). 三清山: 全域旅游天下秀. *江西日报*.

李丰华. (2017). 三清山秀出国际范儿. *人民网*. Ed.12.

上饶市人民政府信息公开平台. (2018). 三清山风景名胜区总体规划（2005-2020）实施评估报告 收资提纲 .REF000101/2018-00209. Disponível em <https://www.zgsr.gov.cn/sqs>.

上饶市人民政府信息公开平台. (2024). 三清山管委会与阅文集团合作签约暨三清山全国网络文学征文活动发布仪式举行 . REF/2024-02208. Disponível em <https://www.zgsr.gov.cn/sqs>.

谭杰,李星, 黄南南. (2009). 欧洲世界遗产. Guang Zhou: South China University of Technology Press, 22-25.